

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL

Jamilli Santos Martins Pereira

**PRESENÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(EPT): um estudo quantiquantitativo sobre o aluno indígena no Instituto Federal do Amapá
(IFAP) em 2021**

Jamilli Santos Martins Pereira

**PRESENÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(EPT): um estudo quantiqualitativo sobre o aluno indígena no Instituto Federal do Amapá
(IFAP) em 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

SANTANA - AP

2022

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436p Pereira, Jamilli Santos Martins
 Presença indígena na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): um estudo
 quantiqualitativo sobre o aluno indígena no Instituto Federal do Amapá
 (IFAP) em 2021 / Jamilli Santos Martins Pereira - Santana, 2022.
 65 f.

 Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e
 Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Curso de Mestrado em Educação
 Profissional e Tecnológica, 2022.

 Orientador: Claudio Alberto Gellis de Mattos Dias.

 1. Indígena. 2. Permanência. 3. Oiapoque. I. Dias, Claudio Alberto
 Gellis de Mattos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Jamilli Santos Martins Pereira

**PRESENÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(EPT): um estudo quantiqualitativo sobre o aluno indígena no Instituto Federal do Amapá
(IFAP) em 2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Aprovado em: 30 / 06 / 2022

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Orientador



Prof. Dr. Klenilmar Lopes Dias

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Membro interno



Prof. Dr. Luís Alexandre Lemos Costa

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Membro externo

Jamilli Santos Martins Pereira

SEJA IFAP! Divulgando os cursos técnicos do Instituto Federal do Amapá

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, *Campus Santana*, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 30 / 06 / 2022

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Orientador



Prof. Dr. Klenilmar Lopes Dias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Membro interno



Prof. Dr. Luís Alexandre Lemos Costa
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Membro externo

Dedico este trabalho a Deus; sem ele eu não teria resiliência para desenvolver esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus por não ter me abandonado e por ter me permitido concluir esta etapa com saúde e resiliência durante o período de pandemia do Covid19.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

À minha mãe Valdenira Martins, por estar sempre na torcida, me apoiando e me ajudando a ser uma mulher cada vez mais forte.

Ao Adan Taylor, pelo companheirismo, por me dar suporte e motivação.

À Zeni Recuero, por apoiar e incentivar meus estudos.

Aos meus familiares e amigos por ter acompanhado essa jornada e compreendido meus períodos de distanciamento.

Aos meus colegas de turma, pelo acolhimento nos momentos de dificuldades e pelos conhecimentos compartilhados.

Aos professores do ProfEPT/IFAP, pelos conhecimentos compartilhados no desenvolvimento das disciplinas do curso.

Aos servidores dos SERESC, aos servidores do SETEP, aos professores dos campi pesquisados, por terem disponibilizado seu tempo para contribuir com a pesquisa e por terem proporcionado meu contato com os sujeitos pesquisados.

Aos sujeitos, estudantes do IFAP, Pró-reitores e aos Diretores dos campi por toda contribuição, em especial ao Diretor do Campus Avançado Oiapoque Eliel Cleberson da Silva Nery, local onde a pesquisa se aprofundou e necessitou de um apoio maior, pela contribuição durante a coleta de dados, por terem possibilitado a realização desse estudo, pois sem suas contribuições não seria possível.

Ao Prof. Mestre, Pesquisador, e fundador do Instituto Akari, Alceu Karipuna que participou como organizador e contato com a comunidade indígena. Aos jovens indígenas Núbia Narciso Aniká, Adeildo Felício Iaparrá, Bruna Dos Santos Almeida que contribuíram com a gravação do produto Educacional.

A Pâmela Do Espírito Santo Da Silva, Rogério Luiz Da Silva Ramos que também participaram da gravação do produto.

A Prof. Dr. Amanda Alves Fecury, por toda colaboração e apoio.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias, por me dizer e o mais importante mostrar que era possível.

“O arco que o índio arma não é arma, é sobrevivência natural. O lugar que o índio vive não é moradia, é natureza. Ser índio, não é uma classe digna de piedade e lamentos, é ser original, ser raiz, ser história e ser principalmente raça pura, com conceitos e modos que devem ser respeitados por quem veio depois.”

Almany – Poeta do Sol

RESUMO

O norte do Brasil abriga 342 mil indígenas, sendo que desse total, 36,8% residem em região fora das terras indígenas, assim sendo, uma região que apresenta uma expressiva população, o que demonstra a grande importância de se estudar e discutir a educação indígena. Existem oito faixas de terras indígenas demarcadas do norte e Noroeste do estado do Amapá ao norte do Pará, fazendo divisa com a Guiana Francesa e o Suriname, dessas, sete são homologadas, onde existem dez grupos indígenas habitando estas terras. A educação pode significar o elo entre os não indígenas e os indígenas numa busca por espaço, não no formato de guerra, mas de garantia de resistência e valorização. O objetivo principal desta pesquisa foi quantificar o número de estudantes do Instituto Federal do Amapá (IFAP) que, em 2021, espontaneamente se identificam como indígenas. O objetivo específico foi saber a origem deste estudante e discutir os motivos que o levaram a cursar o IFAP. Produziu-se, também, um website voltado para a população indígena, com informações facilitadas acerca dos cursos de um dos campi do IFAP, objetivando facilitar a escolha deste discente. A pesquisa realizada foi de natureza aplicada, com utilização de questionário, e abordagem quantitativa. A amostra foi formada por cinquenta e um (51) discentes que se dispuseram a responder ao questionário da pesquisa, que seguiu as recomendações do Comitê de Ética em pesquisa (CEP). As conclusões foram que mulheres indígenas, assim como as demais mulheres, parecem buscar mais conhecimento, mais estudo. A baixa permanência de discentes indígenas que entram nos cursos técnicos subsequentes do campus avançado do IFAP no Oiapoque parece indicar que existe uma dificuldade quanto ao acesso facilitado de informações. A permanência e êxito, como também o baixo aproveitamento, parece passar pela importância de materiais adaptados e metodologias alternativas para o ensino de indígenas. Entre indígenas a escolha de um curso e a saída de um indivíduo das tarefas familiares para estudar requer que a decisão seja coletiva. Devido ao baixo número de respondentes, apesar de, na bibliografia, os mesmos indícios encontrados na pesquisa serem corroborados, para uma apreciação mais detalhada e fidedigna serão necessários mais estudos sobre a presença destas etnias no IFAP.

Palavras-chave: Indígena. EPT. IFAP. Permanência. Oiapoque.

ABSTRACT

The north of Brazil is home to 342,000 indigenous people, of which 36.8% live in a region outside indigenous lands, thus, a region with a significant population, which demonstrates the great importance of studying and discussing education. indigenous. There are eight strips of demarcated indigenous lands from the north and northwest of the state of Amapá to the north of Pará, bordering French Guiana and Suriname, of which seven are homologated, where there are ten indigenous groups inhabiting these lands. Education can mean the link between non-indigenous and indigenous people in a search for space, not in the form of war, but as a guarantee of resistance and valorization. The main objective of this research was to quantify the number of students from the Instituto Federal do Amapá (IFAP) who, in 2021, spontaneously identify themselves as indigenous. The specific objective was to know the origin of this student and discuss the reasons that led him to attend the IFAP. A website aimed at the indigenous population was also produced, with information about courses on one of the IFAP campuses, with the aim of facilitating the choice of this student. The research carried out was of an applied nature, using a questionnaire and a quantitative-qualitative approach. The sample consisted of fifty-one (51) students who were willing to answer the survey questionnaire, which followed the recommendations of the Research Ethics Committee (CEP). The conclusions were that indigenous women, like other women, seem to seek more knowledge, more study. The low permanence of indigenous students who enter subsequent technical courses at the IFAP advanced campus in Oiapoque seems to indicate that there is a difficulty in terms of easy access to information. The permanence and success, as well as the low achievement, seems to permeate the importance of adapted materials and alternative methodologies for teaching indigenous people. Among indigenous people, the choice of a course and the departure of an individual from family tasks to study requires that the decision be collective. Due to the low number of respondents, although, in the bibliography, the same evidence found in the research is corroborated, for a more detailed and reliable assessment, further studies on the presence of these ethnicities in the IFAP will be necessary.

Keywords: Indigenous. EPT. IFAP. Permanence. Oiapoque.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Mostra a porcentagem de discentes que responderam ao questionário, em cada faixa etária | 30 |
| Figura 2 - Mostra o estado civil, em porcentagem, dos discentes participantes da pesquisa ... | 31 |
| Figura 3 - Mostra a porcentagem de vagas ofertadas, entrada de estudantes indígenas e sua permanência nos cursos subsequentes do campus avançado do IFAP no Oiapoque. | 32 |
| Figura 4 - Mostra a escolha do domínio para iniciar a criação do produto educacional (site). | 39 |
| Figura 5 - Mostra a logomarca criada para o produto educacional (site). Erro! Indicador não definido. | |
| Figura 6 - Mostra a tela de desenvolvimento do produto educacional (site). Erro! Indicador não definido. | |
| Figura 7 - Mostra a tela de desenvolvimento do produto educacional (site) com os botões relativos aos cursos dos PPCs do campus avançado do Oiapoque..... | 41 |
| Figura 8 - Mostra a porcentagem de usuários do produto educacional entre primeiro de março e primeiro de junho de 2022, por país de acesso. | 43 |
| Figura 9 - Mostra os gráficos da porcentagem de eventos de interação de usuários do produto educacional entre primeiro de março e primeiro de junho de 2022, de acordo com as páginas visitadas. | 44 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Mostra a porcentagem de gêneros declarados pelos participantes da pesquisa | 29 |
| Quadro 2 - Mostra a porcentagem de discentes e sua autodeclaração..... | 32 |
| Quadro 3 - Mostra o número e a porcentagem de eventos de interação de usuários no produto educacional entre primeiro de março e primeiro de junho de 2022, de acordo com as cidades, os países e os estados de acesso..... | 44 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| AP | Amapá |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CF | Constituição Federal |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| DSN | Data Source Name |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| ETFAP | Escola Técnica Federal do Amapá |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IF | Instituto Federal |
| IFAP | Instituto Federal do Amapá |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| NEABI | Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PNS | Pesquisa Nacional de Saúde |
| PPC | Projeto Pedagógico do Curso |
| PROEJA | Programa de educação de Jovens e adultos |
| ProfEPT | Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica |
| SETEC | Secretaria de Educação Profissional e tecnológica |
| UNIFAP | Universidade Federal do Amapá |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 15 |
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 Caminhos percorridos da educação indígena no Brasil..... | 18 |
| 2.2 A rede federal..... | 20 |
| 2.3 A política de cotas para acesso à educação..... | 21 |
| 2.4 A Política de cotas e o instituto federal do Amapá (IFAP) | 22 |
| 2.5 Núcleo de estudo afro-brasileiros e indígenas – NEABI/IFAP..... | 23 |
| 2.6 O indígena no âmbito da educação profissional e tecnológica | 23 |
| 2.7 Busca pela qualificação por esses povos | 25 |
| 3 METODOLOGIA..... | 26 |
| 3.1 Local da pesquisa..... | 26 |
| 3.2 Amostra | 26 |
| 3.3 Aspectos éticos | 27 |
| 3.4 Coletas de dados | 27 |
| 3.5 Compilação dos dados | 28 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)..... | 29 |
| 5 PRODUTO EDUCACIONAL | 38 |
| 5.1 Criação do domínio | 38 |
| 5.2 Criação da logomarca | 39 |
| 5.3 Criação do site..... | 40 |
| 5.4 Gravação dos áudios..... | 41 |
| 5.5 Avaliação do produto educacional | 42 |
| 6 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS) | 45 |
| REFERÊNCIAS | 46 |
| ANEXO A – PARECER APROVADO CEP | 51 |
| ANEXO B – E-MAIL DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE | 53 |
| APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)..... | 55 |
| APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..... | 56 |

| | |
|--|-----------|
| APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO..... | 57 |
| APÊNDICE D – ARTIGO PUBLICADO EM REVISTA INDEXADA | 59 |

APRESENTAÇÃO

Os povos originários do Brasil sofreram uma grande queda em seu contingente populacional, com a colonização feita pelos europeus, de acordo com pressupostos até 10 milhões de indígenas compunham estes povos e este montante decaiu para 200 mil no começo do século XX (SILVA *et al.*, 2016).

Entende-se como terras indígenas, o que é definido no 1º parágrafo do Art. 231º da Constituição Federal; “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988).

Tais critérios estabelecidos são de difícil identificação devido à forma de elaboração dos questionários da pesquisa. Outro desafio na estimativa da população está na localização dos povos indígenas, sendo muitas vezes locais de difícil acesso. Entretanto, mesmo com tantas dificuldades, tem-se conseguido realizar o levantamento da população indígena no Brasil. No Censo de 2010, a parcela da população que se declararam da cor ou raça indígena foi de 817,9 mil pessoas, representando 0,4% da população brasileira no ano da referida (IBGE, 2012).

A motivação da pesquisa surgiu na atuação profissional da pesquisadora enquanto Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá em dois *campi* da Rede Federal. Durante a sua prática profissional com os discentes não percebeu ações voltadas para o público-alvo desta pesquisa, o que causou inquietação. Conhecer os dados quantitativos desses alunos nos *campi* e fazer uma análise qualitativa dos discentes indígenas foi a premissa para conhecer qual tipo de inserção destes povos ocorre no Instituto Federal do Amapá.

O trabalho foi dividido em uma revisão teórica, publicada em forma de artigo científico em revista indexada, e uma pesquisa quantitativa utilizando-se questionários aplicados a alunos do curso técnico do IFAP. A análise quantitativa foi então realizada, seguindo-se da análise qualitativa dos alunos indígenas respondentes. Seguiu-se então uma discussão sobre os dados quantitativos.

A população indígena no Brasil é expressiva e precisa-se discutir o acesso à educação dos povos e garantir não somente o seu acesso, mas também a permanência e êxito dos estudantes. No âmbito do Censo Demográfico 2010, foram contabilizadas 505 terras indígenas no território brasileiro, o que equivale a 12,5% do território brasileiro (IBGE, 2012).

1 INTRODUÇÃO

O norte do Brasil abriga 342 mil indígenas, sendo que desse total, 36,8% residem em região fora das terras indígenas, assim sendo, uma região que apresenta uma expressiva população, o que demonstra a grande importância de se estudar e discutir a educação indígena (GALLOIS e GRUPIONI, 2003).

Existem oito faixas de terras indígenas demarcadas do norte e Noroeste do estado do Amapá ao norte do Pará, fazendo divisa com a Guiana Francesa e o Suriname, dessas, sete são homologadas, onde existem dez grupos indígenas habitando estas terras, são eles: os Galibi Marworno, Karipuna, Palikur situados na terra indígena Uaçá; Galibi Marworno e Karipuna que se encontram na terra indígena Juminã; Galibi do Oiapoque e Karipuna localizados na terra indígena Galibi, todos estes situados no município de Oiapoque/AP. Os povos Wajãpi situados na terra indígena Wajãpi localizados no Amapari e Laranjal do Jari, ambos municípios do estado do Amapá; e os Aparai, Katxuyana, Tiriyó, Wajãpi, Wayana situadas no Parque do Tumucumaque no estado do Amapá e nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Almeirim, Alenquer e Monte Alegre do estado do Pará. Ainda segundo o estudo das referidas autoras, os Aparai, Wajãpi, Wayana então situados na terra indígena Rio Paru d'Este situada nos municípios do Pará: Almeirim, Alenquer e Monte Alegre; e o povo Zo' é situado na terra indígena Zo' é no estado do Pará nos municípios Oriximiná, Óbidos e Alenquer, também fazem parte dos grupos indígenas que estão localizados na Amazônia amapaense e paraense (GALLOIS e GRUPIONI, 2003).

O processo de educação indígena inicialmente se deu com a chegada dos jesuítas ao Brasil colônia, com a missão de catequizar à fé cristã aos povos nativos, mais tarde foram surgindo colégios com o intuito de formar pregadores que contribuiriam com os jesuítas na conversão de outros índios (MENDES *et al.*, 2017). Nesse primeiro momento a educação indígena tinha objetivo colonizador, integracionista e civilizador. Ao longo dos anos esse modelo de educação indígena foi se transformando, ocorrendo alguns avanços em termos de políticas públicas e assegurando a utilização da língua materna e também uma transformação e adequação do modelo de ensino para os povos indígenas (JARDILINO, 2018).

Este projeto traz como fio condutor da pesquisa as seguintes questões norteadoras: Quantos são os alunos indígenas que estudam no Instituto Federal do Amapá? O que pretendem os alunos indígenas que ultrapassam as fronteiras de suas aldeias para alcançar a educação profissional e tecnológica?

O objetivo principal desta pesquisa foi quantificar o número de estudantes do Institu-

to Federal do Amapá (IFAP) que, em 2021, espontaneamente se identificam como indígenas. O objetivo específico foi saber a origem deste estudante e discutir os motivos que o levaram a cursar o IFAP. Produziu-se, também, um website voltado para a população indígena, com informações facilitadas acerca dos cursos de um dos *campi* do IFAP, objetivando facilitar a escolha deste discente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação pode significar o elo entre os não indígenas e os indígenas numa busca por espaço, não no formato de guerra, mas de garantia de resistência e valorização.

O problema indígena não pode ser compreendido fora dos quadros da sociedade brasileira, mesmo porque só existe onde e quando índio e não-índio entram em contato. É, pois, um problema de interação entre etnias tribais e a sociedade nacional (RIBEIRO, 1989).

Para Darcy Ribeiro a educação é uma grande aliada no processo de formação e reconhecimento do povo indígena, uma educação em que o educando se enxergue e possa mudar o seu contexto, um auxílio, uma participação gradativa para com os demais de sua comunidade indígena.

Em se tratando de povos indígenas no Brasil, observa-se que o contato dos nativos com os colonizadores europeus transformou a forma de esses povos conceberem sua educação. Hoje a educação formal e a educação informal são realizadas paralelamente e quase com igual importância dentro de muitas comunidades indígenas, sobretudo dentro daquelas que mantêm maior contato com não-indígenas (QUARESMA e FERREIRA, 2013).

2.1 Caminhos percorridos da educação indígena no Brasil

Muitas guerras e batalhas foram travadas, pois os indígenas apresentavam resistência à escolarização dos jesuítas e assim a educação escolar indígena começou a se concretizar somente a partir de 1945 (MENDES *et al.*, 2017).

Com o advento da Constituição Federal (CF) de 1988, a educação escolar indígena se voltou para objetivos como: preservar a historicidade, a etnia e a cultura dos povos indígenas (BRASIL, 1988). Assim, a União se tornou responsável por oferecer e assegurar educação escolar indígena de qualidade e resguardar sua cultura, organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre suas terras, bem como a aplicação de metodologias de aprendizagem específicas para as populações indígenas (MENDES *et al.*, 2017).

Sete anos após a promulgação da Constituição Federal, foi publicada a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), utilizando o termo educação escolar indígena, com base em igualdade social, bilinguismo, interculturalidade, historicidade de um povo, na preservação da língua materna, valorização étnica e de suas ciências e garantia a essas comunidades ao acesso à informação e conhecimento técnico-científico da sociedade nacional e in-

ternacional, indígena e não indígena (BRASIL, 1996). A LDB ratifica alguns direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 como é apresentado na constituição, artigo 210: “§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

Em 1999, foram instituídas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena que fixaram normas para o funcionamento da educação básica indígena, definição e competência para oferta, tratava ainda sobre a formação de professores indígenas, currículo, flexibilização e liberdade pedagógica e curricular (BRASIL, 1999).

Posteriormente, em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), com seus objetivos e metas outorgou aos estados a competência pela educação escolar indígena e tinha como objetivos a cooperação dos povos indígenas nas decisões de suas escolas e liberdade na construção do seu projeto político pedagógico, sendo assim, criada a categoria Escola Indígena (BRASIL, 2001).

No ano de 2012, houve a aprovação da Lei nº 12.711/12, uma das políticas públicas utilizadas para a redução e enfrentamento das desigualdades étnicos raciais. A referida lei estabelece ainda medidas para ampliar o acesso dos segmentos mais pobres, dos negros e dos indígenas em universidades ligadas ao Ministério da Educação e instituições federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012).

Ainda em conformidade com a lei de cotas, como é popularmente chamada a Lei nº 12.711/12, as instituições federais de ensino superior deverão em cada seleção para ingresso, reservar no mínimo 50% de suas vagas para alunos que estudaram o ensino médio em escolas públicas e desta porcentagem 50% das vagas deve ser reservadas a alunos com renda familiar per capita até no máximo um salário mínimo e meio. O art. 4º da lei versa que as instituições federais de ensino técnico de nível médio deverão reservar 50% de suas vagas em cada seleção de ingresso a alunos que estudaram o ensino fundamental em escolas públicas. Essas vagas deverão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, com um total mínimo de vagas com a mesma proporção da quantidade populacional destas minorias da unidade federativa que a instituição está situada, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (BRASIL, 2012).

2.2 A rede federal

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada em 1909, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7566/1909:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis a Nação: Decreta: Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito (BRASIL, 2020).

Pelo então referido decreto, foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, posteriormente, foram os primeiros Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) (BRASIL, 2020).

Em 29 de dezembro de 2008, foi aprovada a lei nº. 11.892/08, na qual transforma Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), unidades de ensino descentralizadas (UNEDs) escolas agrotécnicas e escolas técnicas federais bem como escolas vinculadas às universidades nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os institutos federais são instituições de educação básica, profissional e tecnológica, pluricurriculares e multi-campi. Oferecem educação profissional e tecnológica em várias modalidades de ensino, aliando conhecimentos técnicos e tecnológicos, formando e objetivando o profissional em várias áreas da economia com destaque no desenvolvimento econômico e social, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Em 2020, a rede federal alcançou mais de um milhão de estudantes matriculados/as e 80 mil servidores/as. É composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets); O Colégio Pedro II; Uma Universidade Tecnológica Federal; e 23 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. As instituições com seus respectivos campi totalizam 661 campi, distribuídos em todo o território nacional (IFFAR, 2021).

O processo de expansão da educação profissional e tecnológica (EPT), passou e vem passando por transformações, reconfigurações e incorporações institucionais. Compõem um programa que mesmo sofrendo críticas associando-o a ideias economicistas, trouxe conside-

ráveis e visíveis benefícios para a sociedade onde atua. Este crescimento é dependente das políticas públicas para a educação e das fragilidades do cenário político (SOUZA e SILVA, 2016).

2.3 A política de cotas para acesso à educação

A lei 12.711/2012, versa sobre a obrigatoriedade da reserva de vagas nas universidades e institutos federais, combinando frequência na escola pública com renda e etnia (BRASIL, 2012). Ela tem como objetivo maior promover o acesso à educação de qualidade e gratuita em instituições federais de ensino técnico de nível médio e superior às camadas da sociedade que, no passado, não tinham oportunidades (WANDROSKI e COLEN, 2014). Também definida como política de ações afirmativas, o sistema de cotas é utilizado como estratégia promocional, a fim de incentivar a inclusão de grupos vulneráveis, e proporcionar reparação, justiça distributiva e diversidade. As ações afirmativas podem ser classificadas como políticas públicas e privadas. A primeira decorrente de ações do poder executivo ou judiciário e ações que objetivam o combate à discriminação estabelecida pela iniciativa privada (TORRES *et al.*, 2021).

Em um contexto histórico de políticas afirmativas, usadas como suporte para ações no Brasil, a exemplo do sistema norte-americano, justifica-se por histórico semelhante de exploração por colônias europeias e utilização de escravos (WANDROSKI e COLEN, 2014). Na Índia, se faz referência ao sistema de vagas para os *dalits*, os também conhecidos “intocáveis”, o grupo mais discriminado do país. É o maior sistema já formulado, sendo inspiração para muitos países, construindo a igualdade a partir da diferença. Outros países também desenvolveram ações afirmativas, como: Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba (MOEHLECKE, 2002).

A sociedade brasileira (multiétnica, com indígenas, brancos, negros e demais etnias) deve se fazer representada na decisão e implantação de políticas públicas educacionais. A participação de movimentos sociais é um elemento importante para a construção dessas políticas, sendo os povos indígenas parte de um dos segmentos que mais exigem do Estado ações que visem a construção dessas políticas. A implantação desse acesso deve considerar as diferenças socioculturais, políticas, demográficas, e o mais importante, seus processos próprios de educação (BANIWA, 2013).

Neste sentido, é importante referenciar que mesmo a política de cotas tenha sido

uma resposta positiva, sua implementação gerou questões polêmicas. A primeira questão é que se refere aos direitos indígenas como coletivos (onde a comunidade é o indivíduo). As instituições de ensino consideram o direito ao ingresso de forma individualizada, o que é considerado um risco ou ameaça aos seus princípios e modos de vida. Esta coletividade é responsável pela escolha dos candidatos e dos cursos de seu interesse, bem como, acompanhamento da formação e o retorno para a comunidade. Entretanto, o que se observa, em sua maioria, são indivíduos indígenas residentes em centros urbanos que não possuem compromisso com a comunidade se beneficiando com a atual política. A situação é agravada pela complexidade de acesso aos vestibulares e exames de acesso. Seria necessário atender, na mesma proporção, os indígenas que vivem nas comunidades, pois estes têm maior possibilidade de manter o compromisso de retornar a ela após finalizar o curso (BANIWA, 2013).

Existem desafios enfrentados pelos alunos indígenas diante da educação formal. É importante considerar a importância do nivelamento de conhecimentos e da sua adaptação ao mundo acadêmico. Isso traz a necessidade da existência de programas de acompanhamento e tutoria que dê lhes assistência desde o acesso até a finalização dos cursos, com o intuito de diminuir a evasão (SOUZA *et al.*, 2020). Disponibilizar cotas não é o suficiente. É também prioritário subsidiar projetos e programas, bem como, viabilizar bolsas de pesquisa que preservem a ligação do indivíduo com a sua comunidade. Torna-se interessante então proporcionar também ações pedagógicas com objetivo de reduzir a discriminação enfrentada por esses alunos (BANIWA, 2013).

A lei de cotas representa uma etapa significativa, ainda que modesta, para inclusão e democratização ao acesso e permanência na educação. Para entendermos a realidade deste processo, é importante apresentar o contexto e os desdobramentos da política de reserva de vagas (KOSTRYCKI, 2020).

2.4 A Política de cotas e o instituto federal do Amapá (IFAP)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá foi criado pela Lei nº 11.892/2008, mesma lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 (RAMOFLY e MACEDO, 2020). Iniciou suas atividades no ano de 2010, com as unidades Macapá e Laranjal do Jari, com a oferta de cursos técnicos na modalidade Subsequente, disponibilizando 420 vagas (MIRANDA, 2021).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014, norteado pelas ações

afirmativas, obedecendo à lei 12.711/2012, sobre a implementação de cotas, teve 10% das vagas destinadas às cotas para negros e indígenas (IFAP, 2012).

Em seu PDI 2019, o IFAP tem como compromisso, até 2023, aumentar o percentual de vagas destinadas a alunos de escolas públicas, indígenas e quilombolas em seu processo seletivo (IFAP, 2019a).

Atualmente, o Instituto Federal do Amapá, prevê em seus editais de processo seletivo uma reserva de 50% de suas vagas destinadas às cotas (IFAP, 2021). As vagas estão previstas como reserva de vagas e não garantia. O estudante deve se enquadrar nos requisitos para a vaga e possuir os documentos comprobatórios para se classificar para a vaga (KOSTRYCKI, 2020). O processo seletivo para os cursos integrados, por exemplo, é realizado via análise documental (IFAP, 2021).

Aos candidatos que passam por todas as fases, tem pela frente outro desafio, permanecer na instituição e finalizar o curso, estes representam os demais alunos que não tiveram oportunidade de acesso. A instituição cabe promover condições para permanência e saída exitosa (KOSTRYCKI, 2020).

2.5 Núcleo de estudo afro-brasileiros e indígenas – NEABI/IFAP

O núcleo tem natureza propositiva, consultiva, vinculado à Pró-reitora de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Tem a função de auxiliar no direcionamento de estudos, estimular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão que promovam a reflexão sobre as temáticas das identidades e das relações étnico-raciais, referente às questões da diversidade na perspectiva dos princípios multiculturais, tendo como escopo o fomento a estudos e desenvolvimento de ações de valorização das identidades afro e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa (IFAP, 2019b).

2.6 O indígena no âmbito da educação profissional e tecnológica

A construção de cursos de educação profissional integrada à educação escolar indígena deve considerar os impasses, como também as potencialidades, na relação entre conhecimentos e práticas indígenas e os conhecimentos técnico-científicos, bem como a possibilidade de que os povos indígenas venham realmente a neles inscrever a sua própria perspectiva (BRASIL, 2007).

Para Santos e Mülling (2019), o problema reside em saber com que relação étnica se

está tecnicizando a mão de obra, quando o objetivo de dirimir a fome está em uma atitude moderna útil e rentável, econômica e divorciada de uma ética interna e cultural, de um projeto coletivo étnico e sustentável e fortalecido. Visto que, reconhecido o direito constitucional aos processos próprios de existência indígena, é legítima a sua resistência à inserção no mundo capitalista legitimando a sua luta por caminhar na construção de espaços alternativos ao sistema universalista vigente.

Sua reexistência trata-se da reconfiguração da vida indígena em diálogo com o mundo, do movimento do que é mutável e imutável na cultura, sob a perspectiva de seus sujeitos. Além disso, não se trata meramente de pedir acesso às vantagens dos avanços do ocidente mediante acesso à educação, nem de demonstrar que a sabedoria indígena detém também caráter científico, mas de demarcar a vigência das culturas indígenas na vida cotidiana da população latino americana em uma perspectiva descolonial. (SANTOS e MÜLLING, 2019)

As necessidades da educação profissional indígena são permeadas por políticas institucionais e seu êxito passa por adaptações curriculares como, por exemplo, uso da oralidade em avaliações (ESTEVÃO e BARBOSA, 2021). A pressão para a exploração capitalista dos territórios indígenas hoje é incessante, seja para mineração, para obtenção de recursos naturais, como madeira e pesca, seja para a locação de terras indígenas para o agronegócio. Em todas as regiões do país, os indígenas têm sido assediados, em virtude da falta de alternativas, por agentes do modelo de desenvolvimento econômico predador. Vide a ser necessário, o apoio aos povos indígenas para que eles encontrem alternativas sustentáveis de gerenciamento autônomo de seus territórios (SILVA, 2018).

A população indígena no Brasil é expressiva e precisa-se discutir o acesso à educação desses povos. Garantir não somente o seu acesso, mas também a permanência e êxito dos estudantes. O último censo realizado registra que a parcela da população que se declararam da cor ou raça indígena foi de 896.817 mil pessoas, representando 0,4% da população brasileira no ano da referida pesquisa. Isso demonstra a grande importância de se estudar e discutir a educação indígena (IBGE, 2012).

Em pesquisa feita no banco de dados Capes, o ensino médio técnico indígena constitui temática escassa e recente, visto que sua perspectiva pode ser associada à expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, iniciada em 2008, sendo assim, uma área de amplas demandas políticas e acadêmicas. A disseminação e aprofundamento dos estudos na área se faz importante para a construção e consolidação dos direitos à educação dos povos originários (MULLING e SANTOS, 2016).

2.7 Busca pela qualificação por esses povos

No Brasil, encontramos uma grande diversidade de processos de escolarização vivenciados pelos povos indígenas. Povos que já possuem uma longa experiência com educação formal ofertada por agências governamentais e não-governamentais, outros a iniciaram mais recentemente e outros ainda resistem em aceitar a escola que lhes é oferecida em suas comunidades, temendo o impacto dessa ação sobre a organização tradicional dos processos de aprendizagem e de educação dos sujeitos indígenas (BRASIL, 2007).

Uma qualificação educacional que busque não somente a sua inclusão no mundo dos não-indígenas, mas que o prepare para a sua relação com o mundo externo longínquo da comunidade indígena, uma formação capaz de prepará-lo para dentro e fora do seu contexto local (DOWBOR, 2007).

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la (DOWBOR, 2007).

Neste sentido, se faz importante a discussão a respeito das metodologias utilizadas com os povos indígenas, as políticas públicas e institucionais de assistência para a inclusão, permanência e êxito do estudante indígena. Uma educação escolar intercultural, considerando a realidade e os saberes construídos historicamente pela comunidade indígena, tornam o processo de ensino e aprendizagem mais significativos, aproximando as disciplinas formais ofertadas com o cotidiano. A interculturalidade deve contribuir para superar divergências quanto à convivência com o diferente, facilitando a relação com a pluralidade social e cultural, sendo fundamentais para a formação de todos os alunos indígenas e não-indígenas. É importante romper com o padrão de ensino imposto e construir estratégias que aproximem a educação escolar que valorize os saberes tradicionais (SILVA e FELZKE, 2021).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza aplicada, com utilização de questionário, e abordagem quantiquantitativa. Está classificada quanto aos objetivos como exploratória, pois “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (LAKATOS e MARCONI, 2010).

3.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). Para alcançar os desdobramentos desta pesquisa foram utilizadas as seguintes unidades que constituem o IFAP: Campus Agrícola Porto Grande, Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari, Campus Laranjal do Jari e Campus Avançado Oiapoque (IFAP, 2019a).

Os campi foram selecionados por possuírem o maior número de comunidades e terras indígenas em suas proximidades, sendo elas: Wajãpi situados na terra indígena Wajãpi localizados em Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari; Galibi Marworno, Karipuna, Palikur situados na terra indígena Uaçá; Galibi Marworno, Karipuna encontram-se na terra indígena Juminã; Galibi do Oiapoque, Karipuna localizados na terra indígena Galibi, todos estes situados no município de Oiapoque/AP (GALLOIS e GRUPIONI, 2003).

3.2 Amostra

O critério de escolha dos participantes foi por amostragem aleatória simples, ou seja, todos os que se enquadram no público-alvo da pesquisa tiveram a mesma oportunidade de participar do estudo (PROVANOV e FREITAS, 2013).

A amostra foi formada por cinquenta e um (51) discentes que se dispuseram a responder ao questionário da pesquisa. Os discentes pertencem aos cursos técnicos de nível médio técnico, nas modalidades, Integrado, Subsequente e Proeja, vinculados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Agrícola Porto Grande, Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari, Campus Laranjal do Jari e Campus Avançado Oiapoque, no ano de 2021.

A amostra respondente, de alunos autodeclarados indígenas, ficou reduzida a dois (02) estudantes, ambos com campus avançado do Oiapoque. As respostas de ambos foram

qualitativamente analisadas.

Foram incluídos na pesquisa, discentes que se enquadram no público-alvo, discentes matriculados no IFAP nos cursos técnicos de nível médio dos *campi*, que se dispuseram a participar da pesquisa e, conseqüentemente, responder ao formulário de forma voluntária. Para isso, consentiram através de documento ético pertinente.

Foram excluídos da pesquisa os sujeitos que se recusaram a assinar os documentos relativos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e os quais não tiveram autorização dos responsáveis legais para participar da pesquisa, os discentes das unidades nas quais não foram realizadas a pesquisa, bem como todos os discentes dos cursos de graduação e pós-graduação.

3.3 Aspectos éticos

A pesquisa seguiu as recomendações do Comitê de Ética em pesquisa (CEP) Resolução nº510, de 07 de abril de 2016 e Resolução nº446, de 12 de dezembro de 2012 (CEP, 2012; 2016), sendo analisada e com parecer favorável CAAE nº 44370721.3.0000.0001 (Anexo A, Apêndice A e B).

3.4 Coletas de dados

Para a coleta de dados dos discentes, fez-se o uso de questionário estruturado no *Google Forms* composto com questões de múltipla escolha e discursiva (Apêndice C), com o intuito de facilitar as respostas dos entrevistados e que o mesmo pudesse ser feito por suas palavras. A formalização dos termos de consentimento e assentimento ocorreram via assinatura eletrônica dos participantes. Os questionários foram elaborados através da adaptação de pesquisas da literatura (LEME, 2010; LOPES, 2017; PEREIRA, 2017; SANTOS, 2017; MATTOS, 2018).

Devido ao isolamento social imposto pela pandemia foi realizado um levantamento com o setor de registro escolar do e-mail dos discentes matriculados nos cursos técnicos de nível médio para onde se direcionou a aplicação dos questionários. Uma outra forma de abordagem dos discentes foi através do envio de mensagens por aplicativo de mensagens, entrando em contato com os representantes da turma. Os participantes foram convidados a colaborar voluntariamente com o estudo e previamente esclarecidos quanto ao tema desta pesquisa, riscos da pesquisa e conduzidos à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido ou termo de assentimento livre e esclarecido em caso de discentes menores de idade.

Os questionários foram disponibilizados para os participantes através da plataforma *Google Forms*. A aplicação on-line foi escolhida por conta das suas vantagens, como o baixo custo, celeridade no processo de envio e retorno, a facilidade de utilização, seu maior alcance (FLICK, 2013), bem como as medidas de distanciamento social, recomendadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2021).

3.5 Compilação dos dados

Os dados quantitativos foram compilados no programa *Excel*, componente do pacote *Office* da *Microsoft Corporation*. Os dados qualitativos foram compilados no programa *Word*, do mesmo pacote. Para a interpretação dos dados e análise qualitativa, utilizou-se pesquisa bibliográfica.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

O quadro 01 mostra a porcentagem de gênero entre os respondentes da pesquisa. Dos 51 participantes, 31 (61%) declararam pertencer ao gênero feminino e 20 (39%) ao gênero masculino.

Quadro 1 - Mostra a porcentagem de gêneros declarados pelos participantes da pesquisa

| | |
|-----------|-----|
| Feminino | 61% |
| Masculino | 39% |

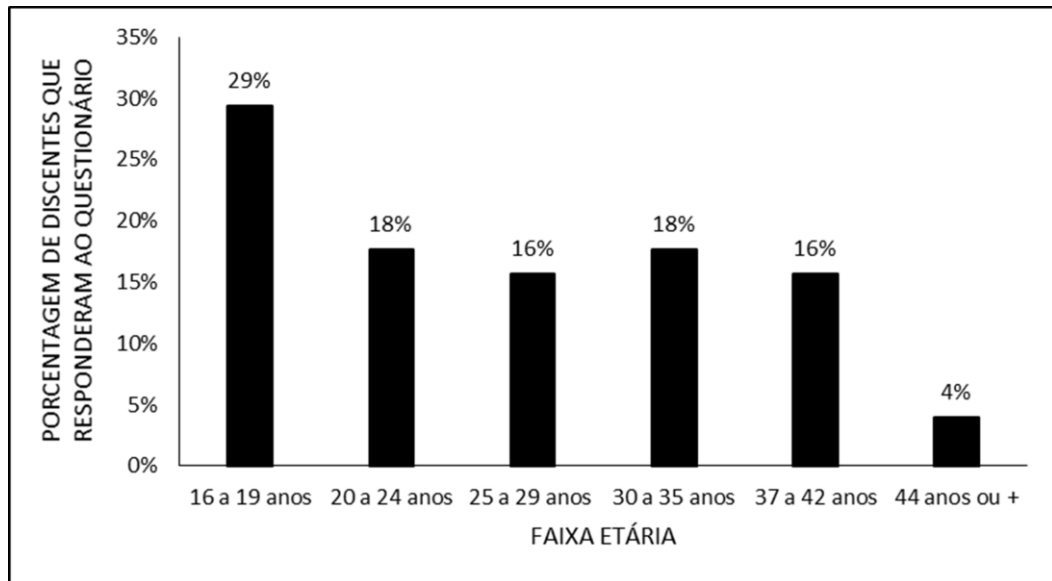
Fonte: Dados da pesquisa

A participação feminina na educação tem aumentado em comparação ao gênero masculino. Quando considerado o número de matrículas na educação profissional no período entre 2013 e 2019, em sua maioria foram ocupadas por mulheres, com porcentagem de 55,9% (PAIVA e SILVA, 2021). Os avanços da medicina contribuem para esse aumento, como a criação de métodos contraceptivos que acarretam a redução de fecundidade e retardo nas decisões de concepção dos filhos. Assim como o desenvolvimento de eletrodomésticos que diminuem o tempo destinado à realização de tarefas domésticas. Isso possibilita maior liberdade de escolha feminina e mais tempo para se dedicar aos estudos (BONINI *et al.*, 2012).

O número de mulheres indígenas que buscam os estudos parece aumentar, enquanto elas mantêm a convivência, as tarefas e o vínculo com sua comunidade. Essas mulheres também colaboram para inserção de outros indivíduos da família na escola (GRUBITS, 2014).

A Figura 01 mostra a porcentagem de discentes que responderam ao questionário endereçado a eles. Os dados mostram que a faixa etária da maioria dos respondentes é de 16 a 19 anos (15 pessoas = 29%). Os discentes nas faixas 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 35 anos, e 37 a 42 anos mantêm um quantitativo entre 16% (8 pessoas) e 18 % (9 pessoas). A menor porcentagem (4% = 2 pessoas) pertence a faixa etária com 44 anos ou mais.

Figura 1 - Mostra a porcentagem de discentes que responderam ao questionário, em cada faixa etária.



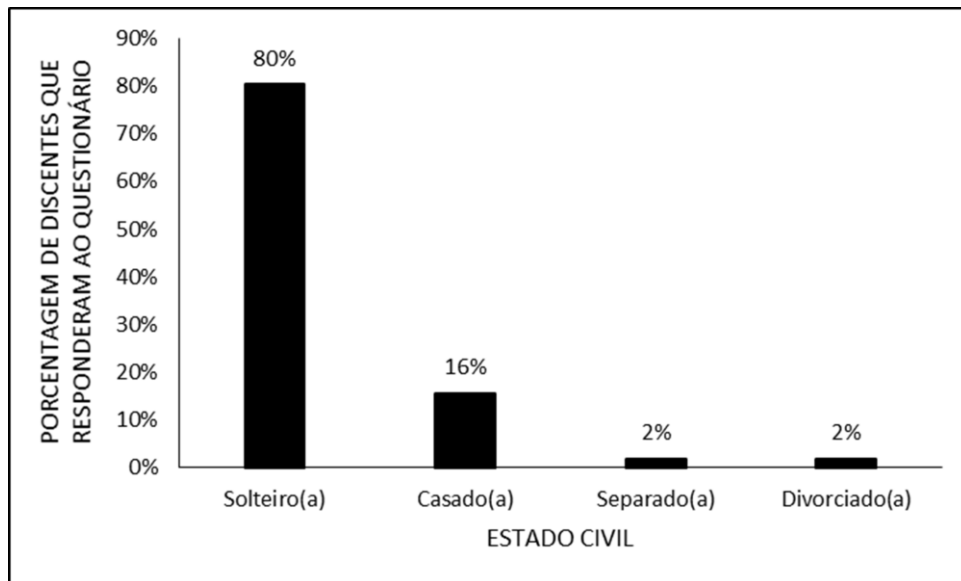
Fonte: Dados da pesquisa

O ciclo do ensino médio se inicia aos 15 anos e deve ser concluído aos dezessete anos. É nessa faixa etária que está o discente de nível técnico, o que fica comprovado na amostra desta pesquisa, onde a maioria dos estudantes que responderam a ela se encontra. O estudante que não está na idade certa com base no ciclo, encontra-se na situação chamada distorção idade-série, que é o atraso na idade esperada em cada etapa. Neste sentido, a região norte tem um dos percentuais mais preocupantes de pessoas fora da idade com 36% (FERREIRA *et al.*, 2020).

O perfil do subsequente é composto por jovens e adultos, pobres, trabalhadores de grupos excluídos da sociedade. Existe uma busca por melhor qualificação a fim de almejar um trabalho melhor remunerado. O estudo subsequente ao ensino médio regular, que é público e com nível de educação federal, parece atrair as diferentes faixas etárias, incluindo as que apresentam distorção idade-série. O conhecimento e a capacitação parecem então ser a porta para entrar no mercado de trabalho e assim aumentar a renda familiar (BRITO, 2019).

O estado civil de cada discente participante da pesquisa está demonstrado na figura 02, em porcentagem. A maioria dos discentes se declarou solteiro (80% = 41 participantes). A porcentagem de casados foi de 16% (8 indivíduos), a de separados 2% (1 pessoa) e de divorciados 2% (1 pessoa).

Figura 2 - Mostra o estado civil, em porcentagem, dos discentes participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa

O fato de o percentual significativo de discentes, 80% ser solteiro, pode representar que o crescente aumento da busca e conclusão dos estudos que o gênero feminino vem apresentando, justifique esse percentual. Tendo em vista as mudanças sociais e de produção, proporciona mais autonomia para buscar qualificação, empregos e salários melhores (ROSSETTO e LOBÃO, 2017). Nesta perspectiva, parece que os estudantes que decidem não constituir família (entre os 16 a 24 anos) têm mais tempo para estudar e maior liberdade de tomada de decisões para seu futuro (BRITO, 2019). Isso é denominado “feminização da educação e do mercado do trabalho”, e consiste no aumento da presença feminina nas escolas e no trabalho (BONINI *et al.*, 2012). No Brasil, a mão-de-obra remunerada é configurada como 50% feminina, e 40% das famílias brasileiras estão sob a responsabilidade de mulheres chefes de família (BARROS e MOURÃO, 2018).

Em relação aos estudantes casados ou em união estável parece que estes estão em busca de melhoria no padrão de vida, através de uma melhor empregabilidade que, teoricamente, pode ser conquistada através da qualificação. Mesmo pensando assim, o trabalho é sua maior prioridade. Os cursos subsequentes podem permitir a melhoria de formação de quem trabalha por serem ofertados em horários alternativos ao comercial (BRITO, 2019).

O quadro 02 mostra a porcentagem da autodeclaração dos discentes que responderam à pesquisa. Dos 51 respondentes, 49 indivíduos (96 %) não se declaram indígena e 2 indivíduos (4%) se declaram indígenas. Um dos indivíduos indígenas declara ser da etnia Galibi

Marworno e outro da etnia Karipuna.

Quadro 2 -. Mostra a porcentagem de discentes e sua autodeclaração.

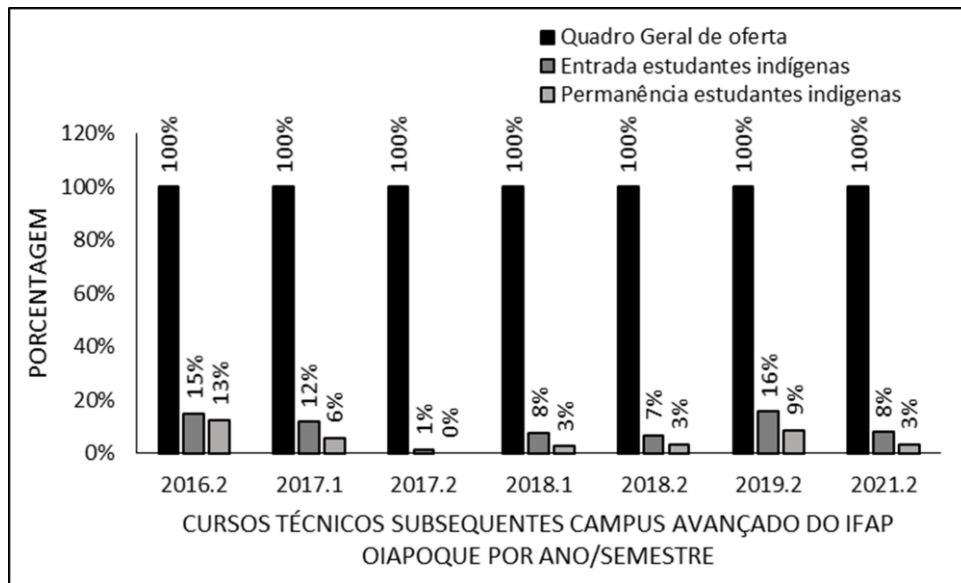
| | | |
|--------------------------|-----------------|-----|
| Não se declara indígena | | 96% |
| Sim, se declara indígena | Galibi Marworno | 2% |
| | Karipuna | 2% |

Fonte: Dados da pesquisa

Situado no extremo norte do estado do Amapá, o município de Oiapoque possui área de 22.625 km² e população estimada em 25.514 habitantes. Sua população indígena é estimada em 7.251 mil pessoas. Suas terras indígenas são: Uaçá, Juminã e Galibi, com habitantes predominantes de: Uaçá, onde vivem os Galibi Marworno, os Karipuna e os Palikur; na Juminã, onde habitam os Galibi Marworno e os Karipuna, e na terra indígena Galibi, local onde vivem os Galibi Kaliña, Karipuna e Palikur (SILVA, 2020).

A porcentagem de estudantes que se declaram indígenas na pesquisa é de 4% (2 discentes). O processo seletivo de ingresso no IFAP considera a entrada de forma individualizada. Pode ter ocorrido pouca adesão à pesquisa, bem como pode ser que no montante de alunos do curso técnico o número de discentes indígenas seja reduzido. No campus avançado do Oiapoque, local onde estão os respondentes desta pesquisa, entre o segundo semestre de 2016 e o segundo semestre de 2021, dos 100% de vagas ofertadas em diferentes cursos subsequentes (àqueles em que os discentes, depois de formados no ensino médio, tem complementação para se tornarem técnicos), a média de entrada de estudantes indígenas foi de apenas 9%. Destes, a taxa média de permanência é ainda mais baixa, ficando em 5%). É um número pequeno se pensarmos que a média geral de ofertas foi de aproximadamente 100 vagas a cada semestre (Figura 3). No ano da pesquisa haviam aproximadamente 42 discentes indígenas no subsequente deste campus, o que corrobora a ideia da também baixa aderência a pesquisa (Apêndice B).

Figura 3 - Mostra a porcentagem de vagas ofertadas, entrada de estudantes indígenas e sua permanência nos cursos subsequentes do campus avançado do IFAP no Oiapoque.



Fonte: Dados da pesquisa

Uma das possíveis causas, caso exista mesmo um número baixo de inscritos nos cursos técnicos que sejam indígenas, é que o estudo dos componentes de uma comunidade não diz respeito a um indivíduo, mas a toda a comunidade. As comunidades se referem aos direitos indígenas como coletivos (onde a comunidade é o indivíduo) (BANIWA, 2013).

Pode ser que se a coletividade for responsável pela escolha dos candidatos e dos cursos de seu interesse, bem como, acompanhamento da formação e o retorno para a comunidade este percentual aumente e os conhecimentos adquiridos usados na comunidade. No entanto, os indivíduos indígenas residentes em centros urbanos que não possuem compromisso com a comunidade podem estar se beneficiando com a atual política. Esta situação pode ser agravada pela complexidade de acesso aos vestibulares e exames de acesso. Seria necessário atender, na mesma proporção, os indígenas que vivem nas comunidades (BANIWA, 2013).

Neste sentido, destacamos o exemplo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com o curso superior de formação de professores indígenas, implantado no município de Oiapoque, em 2007. É um projeto político educacional que visa atender as demandas das comunidades indígenas, sendo discutido e construído com as lideranças das comunidades contempladas. Apresenta caráter transdisciplinar e conteúdos adequados às necessidades e especificidades da comunidade indígena local (UNIFAP, 2019).

O campus avançado do Oiapoque oferta os cursos subsequentes: Técnico em Comér-

cio Exterior, Técnico em Logística, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Vendas, e Técnico em Administração, sendo no total 400 vagas distribuídas entre estes cursos. A exemplo da UNIFAP, considera-se que uma proximidade com a comunidade, e se houvesse projetos pedagógicos de curso adaptados a elas, talvez encaminhasse um maior número de discentes indígenas aos cursos técnicos, caso fosse interesse da comunidade onde este aluno reside (IFAP, 2019a; 2022).

Os discentes que se declaram indígenas (dois indivíduos) pertencem cada um a um dos sexos. O aluno do sexo masculino declara ter 25 anos e ser solteiro. A discente do sexo feminino declara ter 21 anos e também ser solteira. Ambos se formaram no ensino fundamental em escolas públicas fora das suas comunidades. Em comparação ao gênero feminino os homens indígenas parecem ter maior desejo em sair da comunidade em busca de maiores oportunidades de empregabilidade, demonstrando desejo de se tornarem “homens da cidade”, cidadãos urbanos. De outro modo as mulheres indígenas parecem demonstrar mais interesse em manter o vínculo e a manutenção da comunidade, o que não as impede de estudar (GRUBITS, 2014).

A Educação Escolar Indígena é um canal utilizado pelas comunidades indígenas para acabar com a colonização a que foram impostos há muitos anos e que até a atualidade tem resquícios. Por intermédio do conhecimento e reconhecimento da opressão que o não índio lhe imputou, os estudos podem fornecer recursos para lutar por sua autonomia e por seus direitos que em sua maioria não são respeitados (MATOS *et al.*, 2021). A educação intercultural contrapõe-se a educação eurocêntrica utilizada como instrumento de controle e de adequação a um padrão de ser social e busca reconhecer e identificar as identidades e diferenças com o intuito de diminuir as desigualdades sociais (ESTEVÃO e BARBOSA, 2021).

Um dos estudantes indígenas, do sexo masculino, nomeado “discente 1,” estuda no curso de técnico em recursos humanos do IFAP Oiapoque. Sua motivação é aplicar os conhecimentos adquiridos na sua comunidade. Quando perguntado sobre a atuação após a formatura diz “*entrar no mercado de trabalho e pôr em prática tudo o que eu aprendi*”. O segundo aluno indígena, do sexo feminino, nomeada “discente 2”, faz o curso técnico em administração, também no campus avançado do IFAP Oiapoque. O que o levou a estudar foi adquirir mais conhecimento e ficar atualizado. Quando perguntado sobre a atuação após a formatura diz “*Crescer cada vez mais no mercado de trabalho e me especificar mais em administração dentro da Instituição do IFAP*”. Algumas comunidades indígenas têm o entendimento da relevância da educação escolar indígena como dispositivo para aumentar as oportunidades de futuro em especial para os mais jovens da comunidade. Isso parece ter a atribuição de assegu-

rar a união da comunidade em busca de seus direitos a uma educação pública e de qualidade com ênfase na participação e na comunidade (SANTOS e SILVA, 2021). Nota-se que a declaração da discente, diferente do aluno indígena masculino, expressa uma vontade de continuar a especialização e os estudos, corroborando as ideias do autor Grubits (2014) sobre a busca das mulheres indígenas pelo conhecimento e aperfeiçoamento. O aluno, em sua fala, também expressa o que o mesmo autor diz sobre a vontade de homens indígenas de se tornarem “homens da cidade”.

Ambos são discentes que ingressaram no IFAP Oiapoque utilizando as cotas para autodeclarados indígenas e não receberam, no ano da pesquisa, valores referentes ao auxílio ou assistência estudantil. O discente 1 declara que pensou em abandonar o curso por não ter condições de se manter na cidade. Declarou também morar na comunidade indígena. Possivelmente houve uma não observância ou desconhecimento das regras de recebimento de auxílios federais por parte do estudante. Não se descarta, também, que a instituição tenha problemas internos como, por exemplo, levantamento do número de indivíduos que devem ser contemplados com as bolsas e auxílios, trâmite interno do fluxo de informações e outros percalços de gestão (BATISTA e SILVA, 2021). Nos institutos federais existem diversas modalidades de auxílio/assistência a estudantes: Programa de Assistência Estudantil, que possui as seguintes modalidades: Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação, Auxílio-moradia, Auxílio Material Didático, Auxílio uniforme, Auxílio Material e recurso assistivo, Auxílio permanência PROEJA, Auxílio emergencial, Auxílio-creche, Auxílio atenção à saúde (IFAP, 2022a).

O instituto Federal do Amapá possui uma política de assistência estudantil que atende ao Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que traz determinações sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Esta política tem como público-alvo discentes regularmente matriculados na instituição, com a finalidade de contribuir para o acesso, permanência e êxito desses alunos objetivando contribuir na melhoria do rendimento escolar, qualidade de vida e inclusão. Programa Bolsa Permanência: Consiste em um auxílio permanência oferecido pelo governo federal a estudantes de graduação com duração de 5 anos e para estudantes indígenas e quilombolas. Como o IFAP não possui curso de graduação com esta duração o auxílio está direcionado aos estudantes citados. É necessário comprovar ser originário/a de comunidade indígena ou quilombola com uma declaração de alguma autoridade da comunidade ou documento que comprove vivência. Bolsa Monitoria: Tem o objetivo de estimular o desempenho acadêmico. Conta ainda com atendimentos com profissionais nas áreas: Serviço de Saúde, Serviço Social, Serviço de Psicologia, Serviço Educacional (IFAP, 2022a).

Quanto à pergunta sobre oferecimento de ações educativas da área de saúde para a

permanência na instituição, o discente 1 declarou ser muito importante, enquanto a discente 2 considera extremamente importante. A saúde indígena teve muitos avanços na forma de oferta de serviços aos povos indígenas. Ainda que tenha se desenvolvido, a política pública referente à saúde indígena ainda tem muito a aumentar e fortalecer (NICACIO *et al.*, 2019). Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 confirmam o que já expomos nesta pesquisa, que existem diferenças por gênero no uso e procura aos serviços de saúde. Mulheres se cuidam mais, normalmente como maneira de prevenção ou durante o período de gravidez. Os homens costumam buscar serviços de saúde em casos graves ou quando sentem dores ou desconforto. Nesse período, em 2019 a porcentagem de mulheres que procuraram o sistema de saúde equivale a 82,3%, enquanto que, entre os homens, foi de 69,4% (COBO *et al.*, 2021).

Quando perguntados sobre a influência na capacidade de acompanhar o curso e a decisão de não o continuar, o discente 1 acha este quesito “*sem importância*” e a discente 2, em contraponto, considera “*extremamente importante*”. Os estudantes indígenas têm os maiores índices de baixo rendimento escolar e de abandono. Isso é justificado muitas vezes pela falta de material adaptado e metodologias alternativas. Este tipo de material é quase inexistente demonstrando a necessidade de mais estudos, pesquisas e desenvolvimento de produtos na área didática e pedagógica atendendo os aspectos de todas as etapas e modalidades, tanto na modalidade multilíngue, bilíngue como monolíngue (COELHO e ANDRADE, 2021).

Políticas de ensino e programas de assistência estudantil específicos para este público, se bem implementadas na instituição de ensino onde este aluno entra, ajudam na sua permanência e êxito, mantendo-os em contato permanente com suas comunidades e, consequentemente, culturas. Para que ocorra a formação humana integral dos alunos indígenas e não indígenas há a necessidade de legitimar a diversidade e de reconhecer as identidades culturais, diminuindo diferentes tipos de preconceito e discriminação, rompendo com padrões hegemônicos por uma visão multicultural (COELHO e ANDRADE, 2021).

A evasão escolar pode acontecer independente do período do curso e pode estar ligada a fatores internos ou externos à conjuntura educacional, de ordem pessoal ou institucional. Alguns dos motivos de evasão parecem ser as dificuldades no processo de ensino aprendizagem; a ausência de flexibilidade e dinâmica nas aulas; o excesso de avaliações; a não valorização de conhecimentos anteriores; professores despreparados; currículo, metodologias, estrutura e recursos desatualizados que não estão articulados com o desenvolvimento e mudanças sociais e tecnológicas. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), divulgou que no período de 2009 a 2013, houve um aumento exponencial de evasão, e para tanto foi criado um documento com orientações para que cada instituição da rede crie um plano

estratégico de ação com o objetivo de superar a evasão e a retenção (MOREIRA *et al.*, 2021a).

No que tange a “políticas específicas para alunos indígenas” ambos os discentes declaram considerar este aspecto extremamente importante. O programa de Assistência Estudantil dispõe de oportunidades de auxílio e acompanhamento, tanto para indígenas quanto para não indígenas, assim como para alunos em vulnerabilidade social. Para tanto oferece bolsas e auxílios em diversas áreas: alimentação, moradia, transporte, esporte, apoio pedagógico, atenção à saúde, acesso e aprendizagem (de estudantes com deficiência), e inclusão digital. Esses auxílios pretendem ajudar na permanência e na redução de desigualdade, promovendo justiça social e beneficiando o processo de ensino aprendizagem dos estudantes (MOREIRA *et al.*, 2021a).

Quando perguntados “Quais as maiores dificuldades que você encontra dentro da Instituição enquanto estudante indígena?”, o discente 1 respondeu “*por estarmos em pandemia e como as aulas são online, a minha maior dificuldade no momento é o acesso à internet*”, em contraponto a resposta da discente 2: “*até agora não tive nenhuma dificuldade*”. O interessante nessa ambiguidade é que ambos declaram não morar na cidade, mas sim em suas comunidades, que ficam na mesma área geográfica (Uaçá). O Instituto Federal do Amapá ofertou aos estudantes em condição de ensino remoto e vulnerabilidade socioeconômica o projeto em caráter emergencial *Alunos conectados – IFAP*, que consiste na entrega de pacotes de dados de internet, através de chip de telefonia móvel. Este projeto tinha por objetivo oferecer condições de acesso à internet para que o aluno tivesse possibilidade de manter o vínculo com a instituição, podendo promover a permanência (IFAP, 2021a). Mais uma vez é possível que exista uma falta de fluxo de informação na instituição de ensino que oferta o auxílio, ou que a falta de compreensão de alguns discentes acerca do processo tenha impedido o acesso destes ao projeto, dificultando assim a permanência nos estudos de alguns dos alunos (BATISTA e SILVA, 2021).

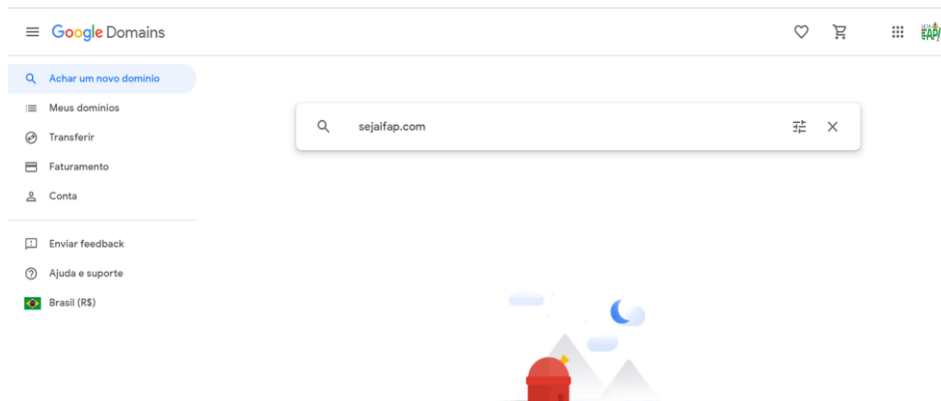
5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional apresentado nesta pesquisa trata-se de uma página na rede mundial de computadores (*website*) destinado a membros da comunidade indígena (também servindo ao público em geral) que buscam entrar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. O *site*, “SEJA IFAP!” (www.sejaifap.com), foi pensado para facilitar o entendimento das informações dos cursos oferecidos pela instituição, inicialmente em seu campus avançado do Oiapoque, incluindo perfil profissional esperado do egresso. Ele tem as informações em língua portuguesa, inglesa, espanhola e francesa, bem como informações de áudio nas duas principais línguas indígenas do estado do Amapá: “KHEUOL”, e “PARIKWAKI”, falada pela maioria das comunidades indígenas do Oiapoque, incluindo as etnias Galibi-Marworno, Palikur e Karipuna. O objetivo deste produto educacional é, então, tentar contribuir com a divulgação democrática de informações de qualidade aos povos indígenas, visando maior oportunidade de entendimento sobre os cursos oferecidos, o sistema de entrada e as oportunidades de recebimento de recursos que visam a permanência. Ele tem como objetivo incluir toda e qualquer pessoa que manifeste interesse nestes cursos e que sinta dificuldades com a informação padrão institucional disponibilizada. A aplicação ocorreu através do lançamento do site, podendo ser acessado a qualquer momento de forma gratuita no link: <http://www.sejaifap.com>.

5.1 Criação do domínio

Para o desenvolvimento do site, inicialmente foi utilizado o *Google Domains* um sistema que permite o registro de domínios (DSN) junto aos servidores do google (<https://domains.google.com/registrar>). Foi escolhido o domínio e verificado se estava disponível. Para acessar o sistema é necessário criar uma conta no google (Gmail) (Figura 04).

Figura 4 - Mostra a escolha do domínio para iniciar a criação do produto educacional (site



Fonte: Google Domains/sejaifap

O domínio SEJAIFAP.COM foi então escolhido por estar disponível e adquirido com recursos próprios da pesquisadora.

5.2 Criação da logomarca

A logomarca foi produzida por um especialista em comunicação gráfica e marketing. Ela é direcionada à comunidade estudada na pesquisa. Este produto foi adquirido com recursos próprios pela discente e pelo orientador da pesquisa (Figura 05). Para tanto se fez questão da presença das cores da instituição onde funciona o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, bem como a presença da bandeira brasileira, a fim de identificar a origem e nacionalidade do produto educacional.

Figura 5 - Mostra a logomarca criada para o produto educacional (site



Fonte: www.sejaifap.com

5.3 Criação do site

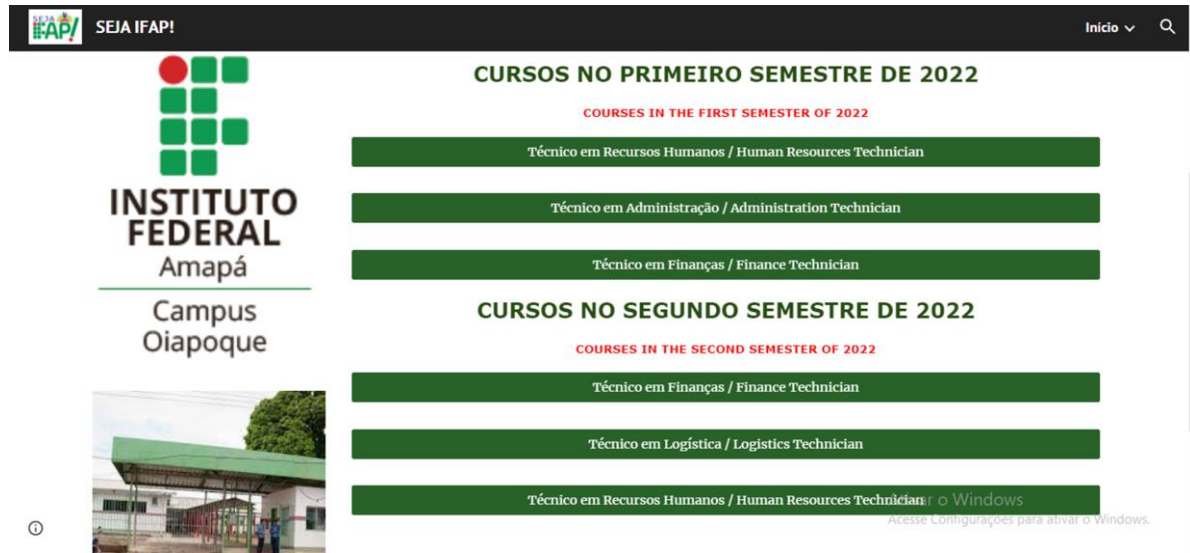
Como parte da pesquisa, o Produto Educacional foi desenvolvido tendo como base os Planos Pedagógicos de Curso (PPCs), dos cursos técnicos do Campus Avançado Oiapoque, local onde a pesquisa se aprofundou. Os cursos utilizados foram: Curso Técnico De Nível Médio Em Logística, Curso Técnico De Nível Médio Em Recursos Humanos, Curso Técnico De Nível Médio Em Administração e Curso Técnico De Nível Médio Em Finanças (Figuras 6 e 7).

Figura 6 - Mostra a tela de desenvolvimento do produto educacional (site).



Fonte: www.sejaifap.com

Figura 7 - Mostra a tela de desenvolvimento do produto educacional (site) com os botões relativos aos cursos dos PPCs do campus avançado do Oiapoque



Fonte: www.sejaifap.com

5.4 Gravação dos áudios

Inicialmente, para a gravação dos áudios para o Produto educacional nas línguas indígenas contamos com a ajuda dos jovens indígenas Núbia Narciso Aniká, Adeildo Felício Iaparrá e Bruna dos Santos Almeida. Também participou como organizador e contato com a comunidade indígena o professor Mestre Alceu Karipuna, indígena da etnia Karipuna, médico e pesquisador da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), colegiado de Medicina.

Este momento se dividiu em partes:

1º - Houve o reconhecimento dos termos presentes nos textos impressos em português (iguais aos publicados no site). Os colaboradores fizeram a tradução escrita em KHEUOL e PARIKWAKI, encontrando palavras equivalentes ou próximas para transmitir o significado.

2º - Ocorreu a gravação dos áudios, seguindo as traduções dos textos, anteriormente produzidas, utilizando o aplicativo nativo de um aparelho celular com sistema *IOS* da *Apple*.

3º - Ocorreu a gravação de um depoimento (que consta na primeira página do site) em vídeo, utilizando a câmera de um aparelho celular da marca *Apple*, onde o Prof. Mestre Alceu Karipuna relata a importância da formação para a comunidade indígena. O vídeo foi

postado no *Youtube* e posteriormente agregado à página do *Google Sites* com um aplicativo nativo da própria página.

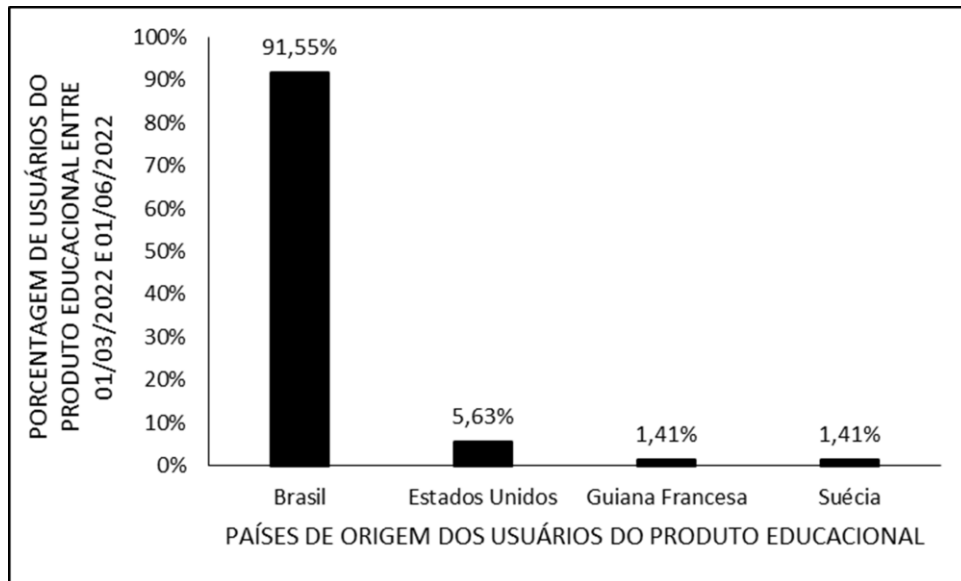
O áudio em português foi gravado pela discente, autora da dissertação, Jamilli Santos Martins Pereira, utilizando o aplicativo nativo de áudio de um aparelho celular com sistema *IOS* da *Apple*. Para gravação em Inglês, realizada pelo Prof. Mestre Rogério Luiz da Silva Ramos (IFAP), foi usado o software de edição de áudio *Audacity* versão 2.3.1., licenciado pelo próprio professor. A gravação em Espanhol foi realizado pela instrutora de língua estrangeira Pâmela do Espírito Santo da Silva, a partir do aplicativo nativo de áudio de um aparelho celular com sistema *Android*. Para gravação em Francês foi utilizado o recurso de reprodução gratuito do *Google Tradutor* (<https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&sl=pt&tl=fr&op=translate>). A gravação do áudio se deu pelo programa gratuito *OBS Studio* 27.1.3 (<https://obsproject.com/pt-br>). Todos os áudios gravados foram armazenados na plataforma online *Anchor* (<https://anchor.fm>), utilizada para fazer podcasts. A partir dessa plataforma foram gerados os códigos HTML para incorporação dos áudios na página do produto educacional no *Google Sites* (www.sejaifap.com).

5.5 Avaliação do produto educacional

A avaliação ocorreu através dos números de acessos ao website, utilizando relatórios produzidos com a ajuda da plataforma gratuita *Google Analytics*.

A figura 08 demonstra a porcentagem de usuários do produto educacional entre 01 de março e 01 de junho de 2022, por país de acesso. O país com maior acesso foi o Brasil com 65 usuários (91,55% do número total de acessos), seguido pelos Estados Unidos com 4 usuários (5,63% do número total de acessos), e Guiana Francesa e Suécia com 1 acesso cada (1,41% do número total de acessos, cada).

Figura 8 - Mostra a porcentagem de usuários do produto educacional entre primeiro de março e primeiro de junho de 2022, por país de acesso.

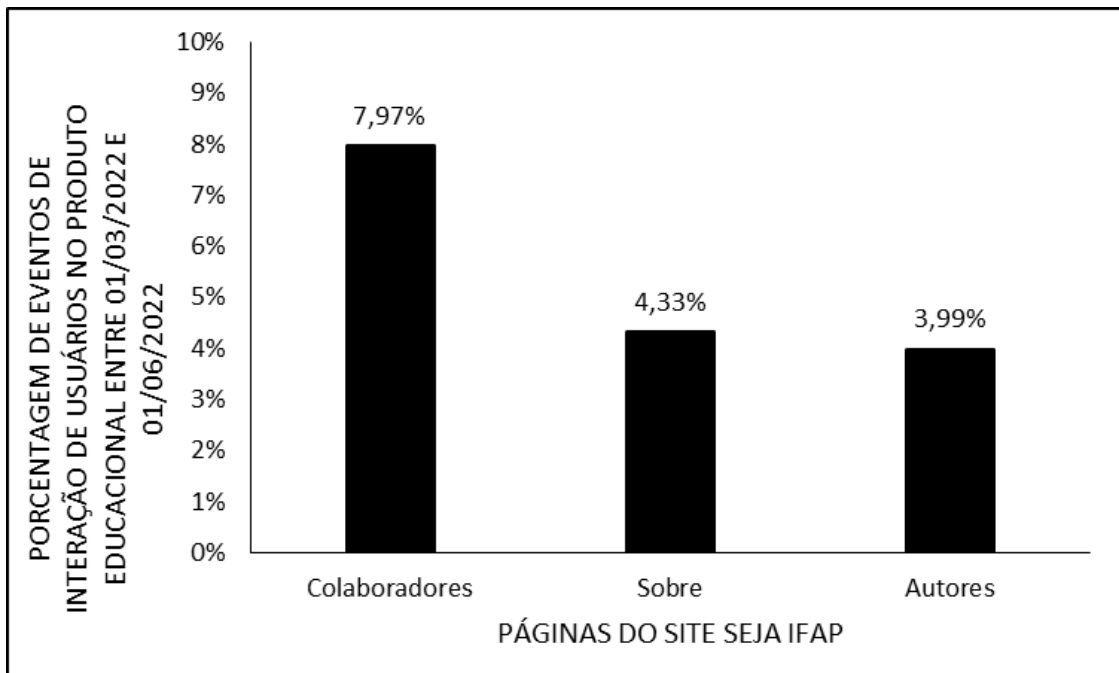
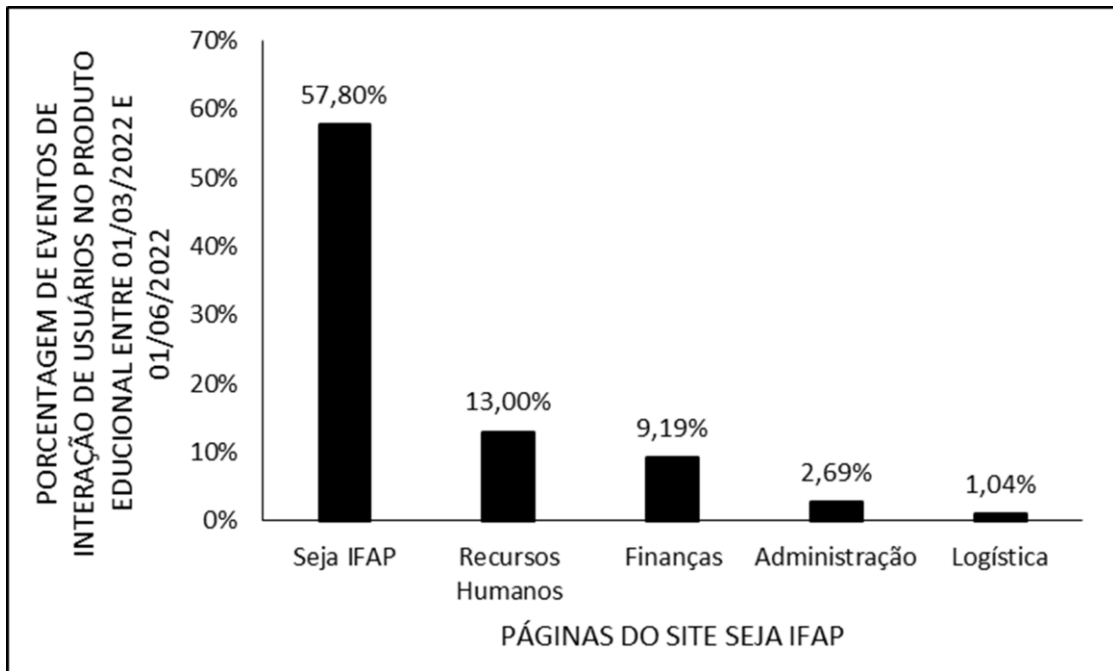


Fonte: Google Analytics/www.sejaifap.com

Conforme esperado a maior porcentagem de usuários do site é brasileiro, visto que é um site nacional, voltado para uma particularidade regional do norte do Brasil. Compartilhar significados em textos faz parte da cultura de um país e de um povo, e dele fazem parte a linguagem e o idioma (RAMOS, 2021).

A porcentagem de eventos de interação de usuários do Produto Educacional entre 01 de março e 01 de junho de 2022, de acordo com as páginas visitadas pode ser vista na figura 09. A página com maior interação foi a página inicial Seja IFAP com 57,80% do total de visitas (667 acessos). As páginas referentes aos cursos técnicos têm a porcentagem de eventos de interação respectivamente, Recursos Humanos 13% (150 acessos), Finanças 9,19% (106 acessos), Administração 2,69% (31 acessos) e Logística 1,04% (12 acessos). A página Colaboradores teve 7,97% do total de visitas (92 acessos), a página Sobre 4,33% (50 acessos) e a página Autores 3,99% (46 acessos) de interações.

Figura 9 - Mostra os gráficos da porcentagem de eventos de interação de usuários do produto educacional entre primeiro de março e primeiro de junho de 2022, de acordo com as páginas visitadas



Fonte: Google Analytics/www.sejaifap.com

O quadro 03 mostra o número e a porcentagem de eventos de interação de usuários no Produto Educacional Seja IFAP, entre 01 de março e 01 de junho de 2022, de acordo com as cidades, os países e os estados de acesso.

Quadro 3. Mostra o número e a porcentagem de eventos de interação de usuários no produto educacional entre primeiro de março e primeiro de junho de 2022, de acordo com as cidades, os países e os estados de acesso

| CIDADES | PAÍS | ESTADO | NÚMERO DE EVENTOS | PORCENTAGEM DE EVENTOS |
|---------------------|-----------------|---------------------|-------------------|------------------------|
| MACAPÁ | Brasil | Amapá | 738 | 63,95% |
| BÉLEM | Brasil | Pará | 122 | 10,57% |
| OUTRAS | X-X-X | X-X-X | 121 | 10,49% |
| SANTANA | Brasil | Amapá | 44 | 3,81% |
| PORTO ALEGRE | Brasil | Rio Grande do Sul | 24 | 2,08% |
| FORTALEZA | Brasil | Ceará | 16 | 1,39% |
| BENTO GONÇALVES | Brasil | Rio Grande do Sul | 16 | 1,39% |
| CURITIBA | Brasil | Paraná | 15 | 1,30% |
| SÃO PAULO | Brasil | São Paulo | 12 | 1,04% |
| RECIFE | Brasil | Pernambuco | 10 | 0,87% |
| RIO DE JANEIRO | Brasil | Rio de Janeiro | 9 | 0,78% |
| COLUMBUS | Estados Unidos | Ohio | 8 | 0,69% |
| SANTA MARIA | Brasil | Rio Grande do Sul | 5 | 0,43% |
| LULEA | Suécia | Província da Bótnia | 4 | 0,35% |
| VALPARAISO DE GOIAS | Brasil | Goiás | 4 | 0,35% |
| CAYENNE | Guiana Francesa | Estado Unitário | 3 | 0,26% |
| SÃO BORJA | Brasil | Rio Grande do Sul | 3 | 0,26% |
| TOTAIS | | | 1154 | 100% |

Fonte: Google Analytics/www.sejaifap.com

O estado do norte do Brasil, Amapá e Pará, segundo o Censo do IBGE de 2010, possuem um número grande de indígenas. A população deles também é grande nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Isso explica os acessos obtidos no país (IBGE, 2010). Quanto aos acessos internacionais, sempre houve e há interesse internacional em tudo que envolve a Amazônia e os povos da floresta (MOREIRA *et al.*, 2021a).

O produto educacional parece ter, portanto, alcançado seu objetivo como divulgação democrática das informações acerca dos cursos disponibilizados pela instituição.

6 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Mulheres indígenas, assim como as demais mulheres, parecem buscar mais conhecimento, mais estudo. Isso não as afasta do seu papel em sua comunidade e nem parece as desvincular da sua cultura.

Assim como os demais estudantes, o estudante indígena parece buscar os cursos técnicos subsequentes, talvez não para aumentar seu padrão econômico, mas para melhorar seus conhecimentos e ter maior clareza sobre seus direitos na sociedade atual, assim como sua autonomia.

A baixa permanência de discentes indígenas que entram nos cursos técnicos subsequentes do campus avançado do IFAP no Oiapoque parece indicar que existe uma dificuldade quanto ao acesso facilitado de informações e dificuldade em compreender o fluxo de documentos necessários (a documentação para acessar uma bolsa, por exemplo). Talvez informações mais simplificadas e processos mais desburocratizados auxiliem a não desistência por parte de indivíduos destas comunidades indígenas.

A permanência e êxito, como também o baixo aproveitamento, parece passar pela importância de materiais adaptados e metodologias alternativas para o ensino de indígenas. Culturas diferenciadas se aproximam quando aproximamos a maneira de pensar e agir de ambas.

Entre indígenas a escolha de um curso e a saída de um indivíduo das tarefas familiares para estudar requer que a decisão seja coletiva, e não do sujeito. A aproximação entre a instituição de ensino e as lideranças indígenas poderiam ajudar a mapear cursos com maior penetração nessas comunidades, ampliando assim a participação de discentes indígenas.

Devido ao baixo número de respondentes, apesar de, na bibliografia, os mesmos indícios encontrados na pesquisa serem corroborados, para uma apreciação mais detalhada e fidedigna serão necessários mais estudos sobre a presença destas etnias no IFAP.

REFERÊNCIAS

- BANIWA, G. A Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano**, n. 34, p. 18-21, 2013.
- BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. Panorama Da Participação Feminina Na Educação Superior, No Mercado De Trabalho E Na Sociedade. **Psicologia & Societ**, v. 30, p. 1 – 11, 2018.
- BATISTA, M. D. C. D. S.; SILVA, L. C. D. Políticas de permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí: aspectos de sua operacionalização. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-23, 2021.
- BONINI, P.; PAULA, G. C.; MENEZES, E. C. O. **Participação feminina na universidade, na produção e no rendimento médio da grande Florianópolis. IV Encontro de Economia Catarinense**. Laguna SC: UDESC 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF, 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 21 mai 2021.
- _____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Brasília DF, 1996**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm >. Acesso em: 21 mai 2021.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília DF, 1999**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf >. Acesso em: 21 mai 2021.
- _____. **LEI Nº 010172 , DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Brasília DF, 2001**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> >. Acesso em: 14 mai 2021.
- _____. **PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com A Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília SP, 2007**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf >. Acesso em: 05 mai 2021.
- _____. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Brasília DF: Casa Civil 2008**.
- _____. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Brasília DF: Casa Civil 2012**.
- _____. **DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. Brasília - DF, 2020**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 05 mai 2020.
- BRITO, M. P. **O Programa Nacional De Integração Da Educação Profissional Com A Educação Básica Na Modalidade De Educação De Jovens E Adultos No Instituto Federal Do Amapá: Perfis E Expectativas De Estudantes**. 2019. 169p. (Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Macapá AP.

CEP. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília DF, 2012. Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> >. Acesso em: 17 jan 2022.

_____. **Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016. Brasília DF, 2016.** Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> >. Acesso em: 18 jan 2022.

CNS. RECOMENDAÇÃO Nº 004, DE 30 DE MARÇO DE 2021. Brasília DF, 2021. Disponível em: < <http://www.conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1671-recomendacao-n-004-de-30-de-marco-de-2021> >. Acesso em: 04 abr 2021.

COBO, B.; CRUZ, C.; DICK, P. C. Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 4021-4032, 2021.

COELHO, I. M. W. D. S.; ANDRADE, B. D. S. Educação Escolar Indígena Em Escolas Urbanas E O Uso De Materiais Didáticos Específicos: Reflexões E Desafios. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura so Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ)**, v. 10, n. 23, p. 148-163, 2021.

DOWBOR, L. Educação e apropriação da realidade local. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 75-90, 2007.

ESTEVIÃO, F. L. B. S.; BARBOSA, X. C. Wari': Identidade E Diferença Na Composição Da Educação Profissional E Tecnológica No Instituto Federal De Rondônia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, p. 99-123, 2021.

FERREIRA, M. C. C. et al. Instituições Estaduais e Federais do Amapá/Brasil: taxa de distorção Idade-Série no Ensino Médio (2016-2018). **Research, Society And Development**, v. 9, p. e283985374, 2020.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre RS: Penso, 2013.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará. Quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?** São Paulo SP: Iepé, 2003. 98p.

GRUBITS, S. Mulheres indígenas brasileiras: Educação e políticas públicas. **Psicologia & Sociod**, v. 26, n. 1, p. 116 – 125, 2014.

IBGE. **Indígenas. 2010.** Disponível em: < <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> >. Acesso em: 21 maio 2022.

_____. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Rio de Janeiro RJ, 2012.** Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&view=noticia> >. Acesso em: 05 mai 2020.

IFAP. **Plano De Desenvolvimento Institucional. Macapá AP, 2012.** Disponível em: < http://www.siteantigo.ifap.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=121&Itemid=66 >.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional. Macapá AP, 2019a.** Disponível em: < <https://ifap.edu.br/index.php/quem-somos/pdi> >. Acesso em: 13 jan 2022.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 123/2019/CONSUP/IFAP, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.** Macapá AP: CONSUP/IFAP: 1-5 p. 2019b.

_____. **EDITAL IFAP PROEN Nº 10/2021. Macapá AP, 2021.** Disponível em: < <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/3872-edital-10-2021-proen-integrado-2022-1> >. Acesso em: 17 jan 2022.

_____. **Edital nº 06/2021/PROEN/IFAP - PROJETO ALUNOS CONECTADOS - MEC/RNP/PROEN/IFAP. Macapá AP, 2021a.** Disponível em: < <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/3515-edital-n-06-2021-proen-ifap-processo-de-selecao-para-concessao-de-chips-do-projeto-alunos-conectados-mec-rnp-proen-ifap> >. Acesso em: 02 fev 2022.

_____. **Campus Avançado Oiapoque - Nossos Cursos. Oiapoque AP, 2022.** Disponível em: < <https://oiapoque.ifap.edu.br/index.php/cursos> >. Acesso em: 27 jan 2022.

_____. **Assistência Estudantil. Macapá AP, 2022a.** Disponível em: < <https://ifap.edu.br/index.php/acoes-programas/assistencia-estudantil> >. Acesso em: 27 jan 2022.

IFFAR. **Rede Federal completa 112 anos! , Santa Maria RS, 2021.** Disponível em: < <https://iffarroupilha.edu.br/noticias-jaguari/item/23223-rede-federal-completa-112-anos> >. Acesso em: 05 jan 2022.

JARDILINO, J. R. L. Narrativas sobre educação dos povos indígenas no Brasil: aportes para a história da educação. **Revista Inclusiones**, v. 5, n. 4, p. 155 – 173, 2018.

KOSTRYCKI, X. M. **Para Além Do Acesso: A Política De Cotas E O Abandono Escolar No Instituto Federal Do Paraná, Campus Paranaguá.** 2020. 104p. (Mestrado). Instituto Federal do Paraná, Curitiba PR.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. . São Paulo SP: Altas, 2010. 320p.

LEME, H. A. S. **Formação superior de professores indígenas de matemática em Mato Grosso do sul: acesso, permanência e desistência.** 2010. 185p. (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo SP.

LOPES, M. S. **Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto federal de Roraima/Campus Amajari: um estudo de caso.** 2017. 114p. (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora MG.

MATOS, J. R. N.; SILVA, R. A.; S., W. Aspectos Sociais, religiosos e etnomatemáticos Wajãpi. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação – ReDiPE**, v. 3, p. 29-40, 2021.

MATOS, L. A. **Permanência no ensino médio profissional: O caso do Instituto Federal Fluminense campus Cabo Frio.** 2018. (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro RJ.

MENDES, M.; OLIVEIRA, N.; VALENTE, H. **Atuação docente na diversidade**. Pará de Minas, MG: VirtualBooks, 2017. 85p.

MIRANDA, L. D. V. A. **METODOLOGIA ATIVA: analisar o papel do projeto integrador no processo ensino/aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos na modalidade subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia no município de Oiapoque-AP**. 2021. 29p (Graduação). IFAP, Oiapoque AP.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História E Debates No Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

MOREIRA, L. K. R.; SOUZA, M. F. M.; CASTRO, R. C. A. M. A evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal do Pará campus Altamira. **Educação por escrito**, v. 13, n. 1, p. 1-13, 2021a.

MULLING, J. D. C.; SANTOS, S. V. D. **Educação Escolar Indígena: levantamento das pesquisas sobre Ensino Médio e Ensino Técnico**. Curitiba - PR: UFPR: 1-16 p. 2016.

NICACIO, K. M. R. et al. Saúde Pública Voltada Para A População Indígena. **Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais**, v. 5, n. 3, p. 75-84, 2019.

PAIVA, T. S. Z. N.; SILVA, J. S. A Participação Feminina nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Informática na Educação – RBIE**, v. 29, p. 993 – 1006, 2021.

PEREIRA, T. S. L. **Os indígenas e o ensino superior na Amazônia: realidade e perspectivas da política de ação afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (2010-2015)**. 2017. 249p. (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém PA.

PROVANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. . Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

QUARESMA, F. J. P.; FERREIRA, M. N. Os povos indígenas e a educação. **Revista Práticas de Linguagens**, v. 3, n. 2, p. 234-246, 2013.

RAMOFLY, B.; MACEDO, P. C. S. História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica: as narrativas do processo de implantação e expansão do Instituto Federal do Amapá. **Revista Labor**, v. 2, n. 24, p. 372-395, 2020.

RAMOS, R. L. D. S. **Mídia Podcast Como Instrumento De Divulgação Científica Na Educação Profissional E Tecnológica Brasileira**. 2021. 45p. (Mestrado). IFAP, Santana AP.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro RJ: Círculo do Livro, 1989. 460p.

ROSSETTO, A. L. A.; LOBÃO, M. S. P. RONATEC: Uma abordagem da evasão no Instituto Federal do Acre (Campus Rio Branco) no ano de 2014. **Revista Teias**, v. 18, p. 243 - 260, 2017.

SANTOS, P. L.; SILVA, E. D. A Educação Escolar Indígena Como Fortalecimento Da Identidade Cultural Dos Potiguara Da Paraíba/Brasil – Considerações Iniciais. **Trab. Ling. Aplic**, v. 60, n. 1, p. 105-113, 2021.

SANTOS, S. V.; MÜLLING, J. C. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 475-485, 2019.

SANTOS, W. A. M. **Política de assistência estudantil: um estudo sobre o programa bolsa permanência e os primeiros beneficiários indígenas e quilombolas no IFNMG – Campus Januária**. 2017. 141p. (Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina MG.

SILVA, B. A. F.; ARAÚJO, H. E.; L., S. A. **Diagnóstico da situação das populações Indígenas no Brasil**. Encontro Nacional De Estudos Populacionais. Caxambu MG: ABES: 01-16 p. 2016.

SILVA, E. C. A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, n. 133, p. 480-500, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?lang=pt> >.

SILVA, M. A. **Galibi Marworno, Palikur, Galibi Kaliña E Karipuna: demarcando territórios e territorializações – Oiapoque/AP – Amazônia**. 2020. 420p. (Doutorado). Unesp/Araraquara, Araraquara SP.

SILVA, M. A. X.; FELZKE, L. F. Aspectos Culturais E Metodológicos No Processo De Aprendizagem Dos Estudantes Indígenas Macuxi: Experiências Do Instituto Federal De Roraima Campus Amajari. v. 5, p. 77-98, 2021.

SOUZA, F. C. S.; SILVA, S. H. S. C. Institutos Federais: Expansão, Perspectivas E Desafios. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 2, n. 5, p. 17-26, 2016.

SOUZA, K. C. B. D. et al. Evasão escolar no Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação nas capitais da Região Norte, Brasil (2014-2018). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 1-13, 2020.

TORRES, L. O.; DIAS, J. C.; FILHO, J. C. M. B. Ações afirmativas como instrumento de promoção da igualdade de recursos: o caso do programa de trainee exclusivo para negros do Magazine Luiza. **Revista de Direito**, v. 13, n. 3, p. 01-24, 2021.

UNIFAP. Projeto Pedagógico Do Curso De Licenciatura Intercultural Indígena. Macapá AP, 2019. Disponível em: < https://www2.unifap.br/indigena/files/2019/11/PPC_Vers%c3%a3o_Final_CLII_23_09_2019.pdf >. Acesso em: 27 jan 2022.

WANDROSKI, S. F.; COLEN, F. R. C. As ações afirmativas para ingresso de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **O Social em Questão**, n. 32, p. 165-182, 2014.

ANEXO A – PARECER APROVADO CEP

INSTITUTO DE PESQUISAS
CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS DO ESTADO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRESENCIA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): um estudo sobre acesso, inclusão e permanência do aluno indígena no Instituto Federal do Amapá

Pesquisador: Jamilli Santos Martins Pereira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 44370721.3.0000.0001

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPÁ, 21 de Julho de 2021

Assinado por:
BELMIRA SILVA FARIA E SOUZA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Feliciano Coelho, 1509
Bairro: Trem CEP: 68.908-220
UF: AP Município: MACAPÁ
Telefone: (96)3212-5353 Fax: (96)3212-5349 E-mail: cep@leps.ap.gov.br

ANEXO B – EMAIL DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE

Este anexo mostra o email onde o Departamento de Ensino do Campus avançado do Oiapoque disponibiliza o quantitativo de discentes indígenas em seus cursos subsequentes entre 2016/2 e 2021/2.



Anexo I - Quadro de Ensino (Cursos Técnicos Subsequentes)

| Semestre Letivo | Cursos Técnicos Subsequentes | Quadro Geral de Oferta | Estudantes Indígenas | | |
|-----------------|------------------------------|------------------------|----------------------|--------------|--------|
| | | | Entrada | Permanências | Exitos |
| 2016.2 | Contabilidade A | 40 | 01 | 01 | 01 |
| | Contabilidade B | 40 | 11 | 09 | 09 |
| 2017.1 | Recursos Humanos | 40 | 07 | 05 | 05 |
| | Logística | 40 | 05 | 0 | 0 |
| | Comércio Exterior | 40 | 02 | 02 | 0 |
| 2017.2 | Recursos Humanos | 40 | 01 | 0 | 0 |
| | Logística | 40 | 0 | 0 | 0 |
| 2018.1 | Comércio Exterior | 40 | 03 | 01 | 01 |
| 2018.2 | Recursos Humanos | 40 | 03 | 01 | 0 |
| | Logística | 40 | 02 | 01 | 0 |
| | Comércio Exterior | 40 | 03 | 02 | 0 |
| 2019.2 | Administração A | 40 | 06 | 03 | - |
| | Administração B | 40 | 05 | 04 | - |
| | Comércio Exterior | 40 | 07 | 02 | - |
| | Logística | 40 | 08 | 05 | - |
| | Vendas | 40 | 05 | 03 | - |
| 2021.2 | Administração | 30 | 03 | 02 | - |
| | Finanças | 30 | 01 | 0 | - |
| | Recursos Humanos | 30 | 03 | 01 | - |
| Total: | | - | 77 | - | - |

Fonte: IFAP - Campus Avançado Oiapoque (Atualizado até janeiro de 2022)

**APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TALE)**

Discentes menores de idade

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, na pesquisa de mestrado intitulada: PRESENÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): um estudo sobre acesso, inclusão e permanência do aluno indígena no Instituto Federal do Amapá, sob a responsabilidade da pesquisadora Jamilli Santos Martins Pereira, orientada pelo Prof.º Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias, que tem como objetivo quantificar a presença de discentes indígenas nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas. A sua participação será voluntária e consistirá em responder um questionário acerca do tema de estudo que será disponibilizado via formulário eletrônico (Google Forms), a ser enviado pelos responsáveis da pesquisa, acessado através do link: <https://forms.gle/KCee6gYYcEcybzqC6> (Discentes). Tal estudo atenderá as considerações éticas dispostas na resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e tem por objetivo mensurar a presença do discentes indígena na educação profissional e técnica federal, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas, por um estudo quali-quantitativo. Informo que há pouca probabilidade de ocorrência de danos a dimensão física, psíquica e econômica do entrevistado em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Riscos sociais, ao entrevistado, se refletem na invasão de privacidade de informações relacionadas aos hábitos e condições socioeconômicas. Pretende-se minimizar esses riscos garantindo a você liberdade para não responder questões que possam ser constrangedoras; caso se sinta constrangido (a), é garantida a total liberdade para se recusar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma; não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação; todas as informações dadas e os resultados conseguidos serão mantidos em sigilo e só serão utilizados para publicações científicas. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, poderá entrar em contato com a equipe responsável pela pesquisa através do telefone (96) 98109-4004 ou pelo e-mail jamilli.pereira@ifap.edu.br; Ou, se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (CEP IEPA), localizado na Av: Feliciano Coelho, 1509, Bairro do Trem. CEP: 68.908-220, através do telefone: (96) 3212-5342 ou pelo e-mail: cep.iepa@iepa.ap.gov.br. Após receber os esclarecimentos, se você aceitar a sua participação neste estudo, assine ao final deste documento, que está

impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu de forma livre e esclarecida manifesto meu aceite em participar da pesquisa em questão.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do (a) participante

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Responsáveis discentes menores de idade

O (A) seu (sua) filho (a) está sendo convidado a participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa, PRESENÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): um estudo sobre acesso, inclusão e permanência do aluno indígena no Instituto Federal do Amapá, sob responsabilidade da pesquisadora Jamilli Santos Martins Pereira, orientada pelo Prof.º Dr. Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias, que tem como objetivo quantificar a presença de discentes indígenas nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas. Sua participação será voluntária e consistirá em responder um questionário acerca do tema de estudo que será disponibilizado via formulário eletrônico (Google Forms), a ser enviado pelos responsáveis da pesquisa, acessado através do link: <https://forms.gle/KCee6gYYcEcybzqC6> (Discentes). Tal estudo atenderá as considerações éticas dispostas na resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e tem por objetivo mensurar a presença do discentes indígena na educação profissional e técnica federal, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas, por um estudo quantitativo e qualitativo. Informo que há pouca probabilidade de ocorrência de danos à dimensão física, psíquica e econômica do entrevistado em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Riscos sociais, ao entrevistado, se refletem na invasão de privacidade de informações relacionadas aos hábitos e condições socioeconômicas. Pretende-se minimizar esses riscos, será garantido liberdade para não responder questões que possam ser constrangedoras; caso se sinta constrangido (a), é garantida a total liberdade para se recuar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma; não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação; todas as informações dadas e os resultados conseguidos serão mantidos em sigilo e só serão utilizados para publicações científicas. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, poderá entrar em contato com a equipe responsável pela pesquisa, através do telefone: (96) 981094-004, ou pelo e-mail: jamilli.pereira@ifap.edu.br; Ou, se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (CEP IEPA), localizado na Av: Feliciano Coelho, 1509, Bairro do Trem. CEP: 68.908-220, através do telefone: (96) 3212-5342 ou pelo e-mail: cep.iepa@iepa.ap.gov.br. Após receber os esclarecimen-

tos, se você aceitar a sua participação neste estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu de forma livre e esclarecida manifesto meu aceite em participar da pesquisa em questão.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) Responsável

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO

PRESEÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Um estudo sobre acesso, inclusão e permanência do aluno indígena no Instituto Federal do Amapá

Sou Mestranda do programa em rede de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e esse questionário é parte integrante da pesquisa e tem por finalidade colher informações em relação ao objeto em estudo. Agradeço a contribuição e ressalto que a sua colaboração é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Atenciosamente,
Jamilli Santos Martins Pereira

*Obrigatório

1. E-mail *

2. Inserir data da realização da pesquisa

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

3. *

Marcar apenas uma oval.

- Sou responsável por aluno menor de 18 anos *Pular para a pergunta 5*
- Sou aluno maior de 18 anos *Pular para a pergunta 4*

6. Qual seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não declarar

7. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 16 anos
- 17 anos
- 18 anos
- 19 anos
- 20 anos
- 21 anos
- 22 anos
- 23 anos
- 24 anos
- 25 anos
- 26 anos
- 27 anos
- 28 anos
- 29 anos
- 30 anos
- 31 anos
- 32 anos
- 33 anos
- 34 anos
- 35 anos
- 36 anos
- 37 anos
- 38 anos
- 39 anos
- 40 anos
- 41 anos
- 42 anos
- 43 anos
- 44 anos
- 45 anos
- 46 anos
- 47 anos

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALÉ)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, na pesquisa de mestrado intitulada, PRESEÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), um estudo sobre acesso, inclusão e permanência do aluno indígena no Instituto Federal do Amapá, sob a responsabilidade da pesquisadora Jamilli Santos Martins Pereira, orientada pelo Prof.º Dr. Cibler Macedo de Oliveira, que tem como objetivo quantificar a presença de discentes indígenas nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas. A sua participação será voluntária e consistirá em responder um questionário acerca do tema de estudo que será disponibilizado via formulário eletrônico (Google Forms), a ser enviado pela responsável da pesquisa, acessado através do link: <https://forms.gle/C9eQyT1E5v0z0z0z>. Tal estudo atendeu às considerações éticas dispostas na resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e tem por objetivo mensurar a presença do discente indígena na educação profissional e técnica federal, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas, por um estudo quantitativo e qualitativo. Informo que há pouca probabilidade de ocorrência de danos a dimensão física, psíquica e econômica do entrevistado em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Riscos sociais, se entrevistado, se refletem na invasão de privacidade de informações relacionadas aos hábitos e condições socioeconômicas. Pretende-se minimizar esses riscos garantindo a você liberdade para não responder questões que possam ser constrangedoras, caso se sinta constrangido (a), é garantida a total liberdade para se recusar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma, não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação; todas as informações dadas e os resultados conseguidos serão mantidos em sigilo e só serão utilizados para publicações científicas. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, poderá entrar em contato com a equipe responsável pela pesquisa através do telefone: (95) 98109-4004 ou pelo e-mail: jamilli@ifap.edu.br. Ou, se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (CEP-IFPA), localizado no Av. Feliciano Coelho, 1509, Bairro do Tem, CEP: 68.908-220, através do telefone: (95) 3213-5542 ou pelo e-mail: cep@ifpa.edu.br.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de livre vontade e esclarecida manifesto meu aceite em participar da pesquisa em questão.

4. Diante das explicações você concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, aceito participar *Pular para a pergunta 6*
- Não aceito participar

Pular para a pergunta 6

O (A) seu (sua) filho (a) está sendo convidado a participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa, PRESEÇA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), um estudo sobre acesso, inclusão e permanência do aluno indígena no Instituto Federal do Amapá, sob responsabilidade da pesquisadora Jamilli Santos Martins Pereira, orientada pelo Prof.º Dr. Cibler Macedo de Oliveira, que tem como objetivo quantificar a presença de discentes indígenas nos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas. Sua participação será voluntária e consistirá em responder um questionário acerca do tema de estudo que será disponibilizado via formulário eletrônico (Google Forms), a ser enviado pela responsável da pesquisa, acessado através do link: <https://forms.gle/C9eQyT1E5v0z0z0z>. Tal estudo atendeu às considerações éticas dispostas na resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e tem por objetivo mensurar a presença do discente indígena na educação profissional e técnica federal, analisando suas conquistas e desafios a partir de políticas inclusivas, por um estudo quantitativo e qualitativo. Informo que há pouca probabilidade de ocorrência de danos a dimensão física, psíquica e econômica do entrevistado em qualquer fase da pesquisa e dela decorrente. Riscos sociais, se entrevistado, se refletem na invasão de privacidade de informações relacionadas aos hábitos e condições socioeconômicas. Pretende-se minimizar esses riscos, será garantida liberdade para não responder questões que possam ser constrangedoras, caso se sinta constrangido (a), é garantida a total liberdade para se recusar participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma, não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação; todas as informações dadas e os resultados conseguidos serão mantidos em sigilo e só serão utilizados para publicações científicas. Caso surjam dúvidas ou queira comentar algum aspecto relacionado à pesquisa, poderá entrar em contato com a equipe responsável pela pesquisa, através do telefone: (95) 98109-4004, ou pelo e-mail: jamilli@ifap.edu.br. Ou, se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (CEP-IFPA), localizado no Av. Feliciano Coelho, 1509, Bairro do Tem, CEP: 68.908-220, através do telefone: (95) 3213-5542 ou pelo e-mail: cep@ifpa.edu.br.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de livre vontade e esclarecida manifesto meu aceite em participar da pesquisa em questão.

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

5. Diante das explicações você concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, aceito participar *Pular para a pergunta 6*
- Não aceito participar

Pular para a pergunta 4

Dados Pessoais

12. Qual(is) língua(s) você domina? *

Marcar apenas uma oval.

- Minha língua materna é o português.
- Uma língua indígena e o português.
- Mais de uma língua indígena e o português.
- Uma língua indígena, o português e o francês.
- Mais de uma língua indígena, o português e outra(s) língua(s) estrangeira(s).

13. Em qual município do estado do Amapá está localizada sua aldeia (Terra Indígena)? *

Marcar apenas uma oval.

- Macapá
- Santana
- Laranjal do Jari
- Olapoque
- Mazagão
- porto Grande
- Tartarugalzinho
- Pedra Branca do Amapari
- Vitória do Jari
- Calçoene
- Amapá
- Ferreira Gomes
- Cutias
- Itauba
- Serra do Navio
- Pracuaba
- Não está localizada no estado do Amapá

14. Em qual área está localizada a sua casa? *

Marcar apenas uma oval.

- Zona rural
 Zona urbana
 Comunidade indígena
 Comunidade quilombola.

15. Onde mora na cidade que estuda? *

Marcar apenas uma oval.

- Na aldeia
 Casa de parentes na cidade
 Com amigos
 Com os pais
 Outro

16. Onde cursou o ensino fundamental? *

Marcar apenas uma oval.

- Todo em Escola na aldeia
 Maior parte em Escola na aldeia
 Todo em Escola fora da aldeia em Escola Pública
 Maior parte em Escola fora da aldeia em Escola Pública
 Todo em Escola fora da aldeia em Escola Particular
 Maior parte em Escola fora da aldeia em Escola Particular

IFAP

21. Se respondeu sim anteriormente, deixe registrado qual curso e em qual campus gostaria de se matricular:

22. Qual o ano de ingresso no Ifap, no atual curso?

Marcar apenas uma oval.

- 2021
 2020
 2019
 2018
 2017
 2016
 2015
 2014
 2013
 2012
 2011
 2010

23. Qual a modalidade do seu curso, atual? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Médio Técnico Integrado
 Ensino Médio Técnico Subsequente
 Ensino Médio Técnico PROEJA

17. Qual o principal motivo fez você estudar? *

Marcar apenas uma oval.

- Conseguir um emprego
 Progredir no emprego atual
 Conseguir um emprego melhor
 Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado
 Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos.
 Aplicar os conhecimentos na aldeia
 Nenhuma das alternativas anteriores

18. Qual Campus você estuda? *

Marcar apenas uma oval.

- Campus Laranjal do Jari
 Campus Porto Grande
 Campus Avançado Oiapoque
 Centro EAD Pedra Branca

19. Qual seu curso no Ifap? *

Marcar apenas uma oval.

- Técnico em Floresta - CAMPUS LARANJAL DO JARI
 Técnico em Informática - CAMPUS LARANJAL DO JARI
 Técnico em Meio Ambiente - CAMPUS LARANJAL DO JARI
 Técnico em Logística - CAMPUS LARANJAL DO JARI
 Técnico em Agronegócio - CAMPUS LARANJAL DO JARI
 Técnico em Administração - CAMPUS LARANJAL DO JARI
 Técnico em Administração - CAMPUS PORTO GRANDE
 Técnico em Agropecuária - CAMPUS PORTO GRANDE
 Técnico em Agroecologia - CAMPUS PORTO GRANDE
 Técnico em Agronegócio - CAMPUS PORTO GRANDE
 Técnico em Comércio Exterior- CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE
 Técnico em Logística - CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE
 Técnico em Recursos Humanos - CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE
 Técnico em Vendas - CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE
 Técnico em Administração - CAMPUS EAD PEDRA BRANCA
 Técnico em Administração - CENTRO EAD PEDRA BRANCA
 Técnico em Controle Ambiental - CENTRO EAD PEDRA BRANCA
 Técnico em Recursos Humanos - CENTRO EAD PEDRA BRANCA

20. Tem algum curso que gostaria de se matricular, mas não é ofertado pelo Ifap? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

24. Quais motivos o levou a escolher o seu curso? *

ACESSO

25. Como você ficou sabendo do Processo Seletivo para ingressar no Ifap? *

Marcar apenas uma oval.

- Internet (site)
 Jornal
 Rádio
 TV
 Informação de conhecidos
 Na própria instituição
 Outro

27. Se você respondeu que NÃO ingressou no Ifap por meio de cotas, por que não escolheu a cota? *

PERMANÊNCIA

28. Você recebe ou recebeu algum tipo de auxílio/assistência estudantil? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

29. No que se refere aos serviços e auxílios ofertados aos alunos, qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir para sua permanência na Instituição? *

Marcar apenas uma oval por linha.

| | Extremamente importante | Muito importante | Importante | Pouco importante | Sem importância |
|---|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Atendimento psicossocial | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Atendimento pedagógico | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Atendimento da enfermagem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Auxílio alimentação (almoço) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Auxílio transporte | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Bolsa de pesquisa | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Bolsa de extensão | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Bolsa de monitoria | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Bolsa atleta | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Ações educativas da área de saúde | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Políticas específicas para aluno indígena | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

30. Já pensou em deixar o Itap antes de concluir o curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

31. Caso tenha respondido SIM na questão anterior, qual ou quais motivos(s) levou a pensar em abandonar o curso? *

32. Qual a importância de cada um dos aspectos listados a seguir para sua decisão/reflexão de abandonar o curso? *

Marcar apenas uma oval por linha.

| | Extremamente importante | Muito importante | Importante | Pouco importante | Sem importância |
|--------------------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Localização do Campus | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Transporte entre residência x Campus | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Segurança no entorno do Campus | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Dificuldade de aprendizagem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Convivência entre estudantes | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

33. Você teve que se mudar para a cidade que o Campus está localizado para estudar? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

INCLUSÃO

34. Quais as maiores dificuldades que você encontra dentro da Instituição enquanto estudante indígena? *

35. Qual a sua expectativa após a conclusão do curso? *

APENDICE D – ARTIGO PUBLICADO EM REVISTA INDEXADA

MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

**NÚCLEO DO
CONHECIMENTO**REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO
CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>**A EDUCAÇÃO FORMAL INDÍGENA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)****ARTIGO ORIGINAL**

PEREIRA, Jamilli Santos Martins ¹, OLIVEIRA, Cleber Macedo de ², FECURY,
Amanda Alves ³, DENDASCK, Carla Viana ⁴, DIAS, Claudio Alberto Gellis de Mattos ⁵

PEREIRA, Jamilli Santos Martins. Et al. A educação formal indígena no âmbito da
educação profissional e tecnológica (EPT). Revista Científica Multidisciplinar
Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 01, Vol. 05, pp. 47-59. Janeiro de 2022.

ISSN: 2448-0959,

Link

de acesso <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-formal-indigena>